



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

THAÍS AYRES DA SILVA

**DA UTILIDADE DOS JUDEUS:  
HIPÓTESES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PAPEL DA  
LEITURA NA FORMA DE LUTERO DESCREVER UM GRUPO  
SOCIAL NA EUROPA DO SÉCULO XVI**

---

Londrina  
2017

THAÍS AYRES DA SILVA

**DA UTILIDADE DOS JUDEUS:  
HIPÓTESES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PAPEL DA  
LEITURA NA FORMA DE LUTERO DESCREVER UM GRUPO  
SOCIAL NA EUROPA DO SÉCULO XVI**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva .

Londrina  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Silva, Thaís Ayres da.

Da utilidade dos judeus : hipóteses historiográficas sobre o papel da leitura na forma de Loutero descrever um grupo social na Europa do século XVI / Thaís Ayres da Silva. - Londrina, 2017.

84 f.

Orientador: Alfredo dos Santos Oliva.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Lutero - Tese. 2. Judeus - Tese. 3. História da Leitura - Tese. 4. Apropriação - Tese. I. Oliva, Alfredo dos Santos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

THAÍS AYRES DA SILVA

**DA UTILIDADE DOS JUDEUS:**  
HIPÓTESES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PAPEL DA LEITURA NA  
FORMA DE LUTERO DESCREVER UM GRUPO SOCIAL NA EUROPA  
DO SÉCULO XVI

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Wander de Lara Proença  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Londrina, 24 de abril de 2017.

Dedico este trabalho a meus três tesouros:  
André, Leah e Mauricio.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva, que, além de, em todo momento, dar-me o apoio e a orientação necessária, foi muito compreensivo, paciente e pronto para me atender.

Ao Prof. Dr. Wander de Lara Proença, que me auxiliou no início dessa pesquisa e apontou os caminhos pelos quais eu poderia seguir.

Ao Pro. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior que prontamente aceitou compor a banca examinadora dessa dissertação.

À minha família, que em todo momento, me incentivou e me ensinou que o estudo é a melhor conquista que podemos ter na vida e que sou capaz. Em especial, gostaria de agradecer aos meus avós, Vera e Dalmo, e à minha mãe, Leah, que sempre foram muito presentes em todas as minhas conquistas. Gostaria de agradecer ao meu irmão, Mauricio, que infelizmente não pode estar aqui para presenciar mais essa vitória.

Ao meu marido, André Luiz, que, em nenhum momento, me deixou desanimar ou desistir, sempre esteve pronto a me ajudar. Por isso que sem ele, não seria possível a conclusão de mais essa etapa.

À equipe com a qual eu trabalho, pelo apoio nos momentos em que eu precisei. Sinto-me feliz pela força e compreensão.

Acima de tudo, a Deus.

SILVA, Thaís Ayres da. **Da utilidade dos judeus**: hipóteses historiográficas sobre o papel da leitura na forma de Lutero descrever um grupo social na Europa do século XVI. 2017. 84 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

## RESUMO

Temos duas figuras relevantes para o contexto do século XVI na Europa: por um lado, Lutero enquanto líder religioso e um dos precursores da Reforma protestante; por outro, os judeus, um grupo marginalizado perante a sociedade e que sofria os mais violentos tipos de segregação social. Nesta pesquisa, buscamos compreender as relações estabelecidas entre Lutero e os judeus. O objetivo é tentar identificar as possíveis motivações para a transformação na forma de Lutero pensar sobre os judeus. Em 1523, Lutero redigiu um texto em que defendia os judeus. Já em 1543, escreveu outro texto em tom de hostilidade e violência contra eles. No decorrer deste trabalho levamos em consideração as questões políticas e sociais do período, porém o foco principal é o tema da leitura. Partindo do conceito de apropriação e seguindo a História das Práticas de leitura, buscamos nas leituras feitas por Lutero possíveis meios pelos quais ele tenha construído novas ideias a respeito dos judeus. A leitura é entendida aqui como atividade criadora de significados no qual o leitor é ativo frente ao texto e constrói novos sentidos, muitas vezes distantes daqueles pretendidos pelo autor. A pesquisa será feita através da análise de fontes escritas, que são alguns textos redigidos por Lutero. A hipótese central desta dissertação é a de que a leitura de Lutero a respeito da teologia do apóstolo Paulo seria a responsável pelo seu antijudaísmo. O primeiro capítulo de cunho teórico-metodológico é baseado no conceito de apropriação. Neste capítulo, é traçada brevemente a história das práticas de leitura, retomando, desde a Antiguidade, os primeiros costumes que envolveram o ato de ler, perpassando pela Idade Média e as grandes transformações que vieram nesse período, a leitura silenciosa e, mais adiante, a invenção da Imprensa, que trouxe profundas mudanças nas formas de leitura. Essa análise chega aos dias atuais com a leitura e sua relação com a tecnologia. O segundo capítulo trata do contexto político e religioso do período da Reforma e busca mostrar como o posicionamento político de Lutero pode ter influenciado no seu posicionamento sobre os judeus. O terceiro capítulo traz a análise das fontes, de forma a observar nas leituras de Lutero aspectos que podem ter influenciado na construção da imagem que ele possuía dos judeus. Como fio condutor para essa análise focamos na interpretação que Lutero fez das cartas paulinas, pois os significados construídos nas leituras de Paulo podem ter alimentado o antijudaísmo de Lutero. Como conclusão, buscamos elucidar a grande questão que move esta pesquisa se as leituras de Lutero a respeito de Paulo podem ter contribuído para a mudança de seu pensamento a respeito dos judeus.

**Palavras-chave:** Lutero. Judeus. História da Leitura. Apropriação. Século XVI. Cartas paulinas.

SILVA, Thaís Ayres da. **Usefulness of the jews**: historical hypothesized about the change in the form Martin Lutero describe the role of a social group os Europe of the XVI century.2017. Dissertation (Masters degree in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

## ABSTRACT

We have two important figures for the context of the sixteenth century: on the one hand, luther as a religious leader and one of the protestant reformation precursors; on the other, the jews, a marginalized group in society and who suffered the most violent types of social segregation. In this study, we sought to understand the relations between luther and the jews. The goal is to try to identify possible reasons for the transformation in the form of luther's thinking about the jews. In 1523, luther wrote a text in which he defended the jews. Already in 1543, he wrote another text tone of hostility and violence against them.. In this paper we consider the political and social issues of the period, but the main focus is on reading theme. Based on the concept of ownership and following the history of reading practices, we seek the readings made by luther possible means by which he has built new ideas about the jews. Reading is understood here as creative activity of meanings in which the reader is active against the text and build new meanings, often distant from those intended by the author. The research will be done through analysis of written sources, which are some texts written by luther. The central hypothesis of this dissertation is that the reading of luther about the theology of the apostle paul would be responsible for its anti-judaism. The first chapter of theoretical and methodological nature is based on the concept of ownership. In this chapter, it is briefly traced the history of reading practices, resuming, since ancient times, the first customs surrounding the act of reading, passing by the middle ages and the great changes that came during this period, silent reading and, later, the invention of the press, which brought profound changes in ways of reading. This analysis comes to the present day with reading and their relationship with technology. The second chapter deals with the political and religious context of the reformation period and seeks to show how the political position of luther may have influenced its position on the jews. The third chapter provides an analysis of the sources, in order to observe the readings of luther aspects that may have influenced the construction of the image he had of the jews. As a guide for this analysis we focus on the interpretation that luther did the pauline letters, because the meanings constructed in paul's reading may have fueled the anti-judaism of luther. In conclusion, we seek to elucidate the great question that drives this research readings of luther about paul may have contributed to the change in his thinking about the jews.

**Keywords:** Luther; Jews. History of Reading. Appropriation. Sixteenth century. Pauline letters.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b> .....	15
1.1 <b>História da Leitura</b> .....	16
1.2 <b>Lutero e a Leitura</b> .....	28
1.3 <b>Conceito de apropriação</b> .....	31
<b>2 CRISE RELIGIOSA NO PERÍODO DA REFORMA</b> .....	43
2.1 <b>Contexto Social dos Judeus na Europa do século XVI</b> .....	43
2.2 <b>Apontamentos explicativos sobre o anti-judaísmo</b> .....	49
2.3 <b>Contexto Político e Religioso no Período da Reforma</b> .....	54
2.4 <b>Lutero e seu posicionamento político</b> .....	58
<b>3 ANÁLISE DAS FONTES: LUTERO E OS JUDEUS</b> .....	61
3.1 <b>Os escritos de Lutero</b> .....	63
3.2 <b>As apropriações feitas por Lutero</b> .....	65
3.3 <b>A nova perspectiva sobre Paulo</b> .....	73
<b>CONCLUSÃO</b> .....	80
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	

## INTRODUÇÃO

Dois elementos nos chamam a atenção no contexto da Europa do século XVI: os judeus, um grupo estigmatizado durante um longo período da história ocidental, e Lutero, um dos precursores da Reforma Protestante e líder religioso. Nesse período, os judeus sofriam com as perseguições, uma vez que as acusações que pesavam contra eles provocavam sentimento de medo e repulsa, além de abalar o imaginário das pessoas daquela época. A relação ambígua que Lutero estabeleceu com os judeus configura o eixo central deste trabalho.

Lutero, inicialmente, defendia os judeus. Em 1523<sup>1</sup>, redigiu um texto em que usava argumentos em prol dos judeus, em tom amigável, argumentos dos quais veremos exemplos no decorrer deste trabalho. Vinte anos mais tarde, escreveu outro texto em tom completamente contrário ao primeiro<sup>2</sup>. Nesse texto, Lutero se exprimia em conformidade com os discursos que circulavam no período sobre os judeus, em tom de hostilidade e intolerância.

Nessa pesquisa buscamos compreender uma das possíveis motivações para essa mudança. A partir desse objetivo, usamos como instrumento metodológico o conceito de apropriação em conformidade com Roger Chartier e Michael de Certeau. O enfoque metodológico desta pesquisa está inserido na história das práticas de leitura, o campo da história que se interessa pelo processo que envolve a leitura: desde o momento em que o autor escreve o texto, o processo de produção de um livro, seu suporte material, bem como o discurso presente em determinada obra, além das apropriações por parte do público leitor.

A história da leitura é utilizada, nesta pesquisa, para pensar como Lutero, através de suas leituras, mudou ou não sua forma de pensar sobre os judeus. Buscamos em suas leituras, possíveis respostas que nos ajudem a entender as mudanças na sua forma de pensar. O foco principal recai sobre a interpretação que Lutero fez das cartas escritas pelo Apóstolo Paulo. Para tanto, usamos, além dos dois escritos de Lutero mencionados acima, também o *Comentário da Carta de Paulo aos Romanos*<sup>3</sup> e o *Comentário da Carta de Paulo aos Gálatas*<sup>4</sup>, textos que são essenciais para pensar a ligação entre Lutero com Paulo.

<sup>1</sup>LUTERO, M. *That Jesus Christ was born a Jew*. Disponível em: <<http://www.ccjr.us/dialogika-resources/primary-texts-from-the-history-of-the-relationship/272-luther-1523>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

<sup>2</sup>LUTERO, M. *Dos judeus e suas mentiras*. Porto Alegre: Revisão, 1993.

<sup>3</sup>LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

<sup>4</sup>LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Gálatas. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

Para compreendermos o papel histórico exercido por esses dois principais elementos desta pesquisa, torna-se relevante levantarmos alguns aspectos do contexto vivido pelo grupo social durante o final da Idade Média e início da Idade Moderna, período em que culminou a Reforma e que foi marcado pela forte perseguição aos judeus.

O século XII marca a degradação na relação entre cristãos e judeus. O discurso de ódio contra os antigos israelitas cresce a partir do final da Idade Média e início da Moderna, quando aumentaram as acusações contra eles. Houveram várias tentativas de acabar com todas as bases da religião judaica. Nesse período, os infortúnios sofridos pela sociedade e que não encontravam explicação a culpa era atribuída aos judeus. Por exemplo, a Peste Negra que se alastrou pela Europa nesse período, tirando a vida de milhares de pessoas, os meios de contaminação e as causas da doença eram desconhecidas. Por isso, grande parte da responsabilidade desse ocorrido recaía sobre os judeus, que eram acusados de envenenar poços: “As primeiras notícias de envenenamento das águas, logo seguida das acusações, prisões e fogueiras, começaram em Perigord na quinta-feira Santa de 1321.”<sup>5</sup>

Algumas acusações contra eles eram mais frequentes. Entre elas, podemos citar a acusação de usura, uma prática condenada pela Igreja; acusação de deicídio, na qual os judeus eram responsabilizados pela morte de Cristo, além de envenenar poços, matar crianças em rituais e outras formas de prejudicar os cristãos.

Contra esse grupo social foram tomadas algumas medidas para excluí-los do convívio com o restante da população. Uma dessas medidas foi a criação dos guetos. A princípio, foi uma opção preferida pelos judeus pois conseguiriam manter sua unidade e identidade. Contudo, logo se percebeu que os guetos não eram muito eficazes para afastar judeus, uma vez que, durante o dia, eles continuavam em convívio com o restante da população. Além dos guetos, os judeus também foram expulsos de vários territórios. Essa medida foi adotada em várias regiões na Europa, podemos citar alguns exemplos: na Inglaterra, no ano de 1290; na França, em 1304; Portugal, em 1407; e Espanha, em 1492, além de várias cidades da Alemanha no decorrer do século XIII até o século XV<sup>6</sup>. A tentativa de conversão dos judeus através do batismo também foi uma opção para tentar acabar com eles, vistos como ameaça. Eram coagidos a ouvir sermões e a batizar-se. Porém realizavam essas atividades para fugir dos castigos; e, por isso, a maioria deles voltava para suas antigas práticas religiosas.

O antijudaísmo no período aqui discutido pode ser dividido em duas formas de

<sup>5</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna: Decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.47.

<sup>6</sup> DELUMEAU, J. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 280.

pensamento. A primeira consistia quando se achava que poderia, por meio da conversão de um judeu, eliminar todo o resquício de religião judaica. Nesse momento, os judeus ouviam sermões e eram batizados. Quando foi percebida a incapacidade do batismo em eliminar o judaísmo, apareceu uma nova forma de pensamento no qual, mesmo o judeu batizado, continuava sendo hostilizado. Nesse momento, o antijudaísmo tomou formas mais radicais, mantendo sua fundamentação teológica, ou seja, tendo como base a hostilidade de aspectos religiosos. As acusações mais recorrentes contra eles eram as práticas de usura e deicídio, a partir das quais eram responsabilizados pela morte de Cristo. Outras acusações também apareciam em alguns momentos, como foi apontado por Ginzburg: infanticídio em rituais, hostilização de elementos sagrados para a religião cristã, além de envenenar os poços.

O medo dos judeus saía de fatos concretos e situava-se também no imaginário dos indivíduos, ao analisar as acusações feitas contra os judeus. Ginzburg afirma que: “Em todas essas narrativas, entrevê-se o temor suscitado pelo mundo desconhecido e ameaçador que existia além dos limites da cristandade. Todo evento inquietante ou incompreensível era atribuído às maquinações dos infiéis.”<sup>7</sup> Tal afirmação nos leva a outro ponto importante proposto por Delumeau: pensar o antijudaísmo como uma forma de estranhamento exacerbado com graves consequências. O medo que sentiam dos judeus pode ser encarado como o medo do “outro”, do desconhecido, os judeus “são a própria imagem do ‘outro’, do estrangeiro incompreensível e obstinado a uma religião”<sup>8</sup>. O mais forte fator de estranhamento é de âmbito religioso, diz respeito aos judeus não seguirem os ritos e costumes da Igreja Cristã do período.

Além do estranhamento, um segundo fato que ajudou a compor a repulsa aos judeus, foi o medo vindo da parte dos agentes doutrinários que viam o judeus como um mal que deveria ser abolido. O discurso religioso do período alimentava o medo e o ódio aos judeus. Segundo o discurso religioso, os judeus são: “Nação deicida, os judeus continuam a querer matar Jesus. É por isso que transpassam as hóstias e espalham no chão o Santo líquido do Cálice.”<sup>9</sup>

Vemos que os judeus são um grupo social que, durante a Idade Média e o período da Reforma, foram motivo de grande inquietação na sociedade e que o discurso religioso foi o principal elemento formador da imagem negativa sobre eles. Os judeus e suas crenças foram fortemente combatidos pela Igreja, por isso a relação de Lutero, enquanto líder religioso, com

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. Op. cit., p.65

<sup>8</sup> DELUMEAU, Jean. *A História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 279

<sup>9</sup> Ibid., p. 223

esse grupo social é tão inquietante. Lutero também se tornou motivo de inquietação e preocupação para a Igreja do período, quando se revelou contra esta. A expressão da opinião de Lutero com relação aos judeus nos deixa ainda mais instigados a pensar sobre o assunto, uma vez que, em 1523, ele escreveu um texto “Jesus Cristo foi um judeu nato”, no qual foi contra a ideologia antijudaica pregada pela própria Igreja e defendia os judeus. Em 1543, porém, ele escreveu “Sobre os judeus e suas mentiras”, em que apresentava um tom hostil com relação aos judeus. Nesse escrito: “Lutero não superou o antijudaísmo medieval tardio dos cristãos, e sim, o alardeou.”<sup>10</sup>

Feitas essas considerações sobre o antijudaísmo, esperamos que seja possível ter uma compreensão sobre o contexto de perseguição que sofreram os judeus. A partir de agora, podemos nos atentar para o segundo elemento que compõe esta pesquisa: Martinho Lutero.

Lutero nasceu em 1483, em Eisleben, na Alemanha. Sua família foi muito rígida em sua educação, podendo ser descrita da seguinte maneira:

Seus pais eram pobres: o pai, mineiro, duro consigo mesmo, rude com os outros; a mãe, dona de casa exausta, como que aniquilada por seu trabalho excessivamente pesado – serviu, quando muito, para encher de preconceitos e superstições medrosas o cérebro de uma criança bastante impressionável. [...] Sob a férula de mestres incultos, o menino aprendeu a ler, escrever, um pouco de latim, e orações. Gritos em casa e pancadas na escola: duro regime para um ser sensível e nervoso.<sup>11</sup>

Lutero teve uma educação muito severa, tanto em casa como nas instituições de ensino por onde passou. O desejo da família era que ele buscasse por uma carreira que pudesse render lucros; por isso, em 1501, Lutero foi para Erfurt, onde tinha uma Universidade para que ele cursasse Direito. Em 1505, tornou-se mestre em Direito. Esse mesmo ano ficou marcado como sendo o ano de sua conversão. Acredita-se que Lutero, quando voltava de sua casa em Mansfield para Erfurt, foi surpreendido por uma tempestade e um raio quase o atingiu. Diante do medo, fez a promessa de que se tornaria monge, caso saísse da tempestade:

[...] sucedendo-se rapidamente, enfermidades graves, um acidente sangrento, o pavor espalhado por uma peste mortífera, o abalo, enfim, de um relâmpago que por pouco não matou Lutero [...] essa série de incidentes violentos, atuando sobre a mente inquieta e uma sensibilidade palpitante, inclinou o futuro herético à decisão de um homem de seu temperamento, depois de tais acontecimentos adotaria. Desistindo de prosseguir seus estudos profanos,

<sup>10</sup> JUNGHANS, Helmar. *Temas de Teologia de Lutero*. São Leopoldo: Sinodal, 2001, p.111.

<sup>11</sup> FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p. 28-29.

frustrando as expectativas do pai, foi bater à porta dos agostinianos de Erfurt.<sup>12</sup>

Enquanto monge, Lutero é retratado como sendo muito dedicado a suas funções: “Monge acima do comum, Lutero se curvava, dócil, aos rigores da regra. E que rigores!”<sup>13</sup> A questão do procedimento de Lutero em ser um monge dedicado às suas funções, pode ser argumentada se atentarmos à rápida ascensão de Lutero na carreira eclesiástica, que será bem detalhada mais adiante.

Partindo das considerações feitas até aqui sobre os judeus e Lutero, no decorrer deste trabalho, pensaremos na mudança na opinião de Lutero a respeito dos judeus e como suas práticas de leitura podem ter influenciado nessa transformação. Nesta pesquisa, a leitura é encarada, na perspectiva de Roger Chartier, como atividade inventiva e criadora, onde o leitor cria novos significados a cada leitura, atribui novos sentidos que muitas vezes são distantes dos sentidos criados pelos autores. O primeiro capítulo desse trabalho trata a respeito dessa questão: a história das práticas de leitura e sua aplicação enquanto instrumento metodológico para essa pesquisa. A história da leitura vem ao encontro com o objeto principal desse trabalho: buscar através das leituras feitas por Lutero motivações para a mudança na forma de pensar os judeus, como já foi mostrado nesta introdução. Para alcançar tal objetivo vamos utilizar o conceito de apropriação: através desse conceito entendemos a leitura como uma atividade criadora de significados, nesse sentido o leitor se apropria do texto que leu e através de sua leitura cria novos sentidos que muitas vezes fogem do sentido pretendido pelo autor. O leitor torna-se ativo frente o texto.

No decorrer dessa pesquisa devemos nos atentar ao contexto histórico que não deixa de ser um aspecto importante da conjuntura que corroborou na formação do pensamento de Lutero. O contexto político vivido após e durante a Reforma Protestante foi um fator que pode ter influenciado na mudança da forma de pensar de Lutero. Nesse momento da história Lutero buscava apoio, inclusive político, para legitimação de suas ideias reformistas. Além de apoio, buscava também por proteção das autoridades, por isso pode ter sido influenciado por sua posição política, visto que as autoridades viam os judeus como um mal que deveria ser abolido.

Por fim, no último capítulo retomamos a questão das práticas de leituras e pensamos se, de alguma forma, a leitura que Lutero fez das Cartas do Apóstolo Paulo podem ter influenciado na formação do pensamento dele a respeito dos judeus. Para dar fundamentação

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 29

<sup>13</sup> Ibid., p. 30

para esse capítulo, inicialmente utilizamos o autor James D. G. Dunn<sup>14</sup>, que nos traz um ponto de partida para pensarmos a relação de Lutero com o Apóstolo Paulo e como Lutero, enquanto leitor, pode ter construído ideias a respeito dos judeus partindo dos escritos de Paulo. O terceiro capítulo objetiva analisar a relação de leitura entre Lutero e Paulo. Já é sabido que a leitura da Carta de Romanos foi essencial para a construção das ideias do reformador. Inicialmente podemos apontar alguns traços de ligação: da mesma forma que Lutero rejeitava a Igreja de seu tempo por esta ser legalista e pregar a salvação por méritos, as ideias de Paulo foram interpretadas como uma reação ao judaísmo, que foi considerado como uma religião legalista. As consequências dessa interpretação feita por Lutero podem ter sido o antijudaísmo. Segundo James Dunn, as discussões feitas sobre a justificação pela fé, considerada como grande eixo da teologia paulina, são pautadas ainda nas ideias propostas pela Reforma.

Durante o século XVI, Lutero expressou ideias de antijudaísmo. Essas ideias não eram novas e já eram recorrentes na sociedade em que ele vivia, contudo seus escritos foram usados para embasar políticas de segregação e extermínio dos judeus na Alemanha do século XX. As consequências daquilo que escrevemos e divulgamos como ideias são incalculáveis, pois, após escrevermos textos, não temos mais controle sobre as interpretações que serão feitas sobre ele. O uso dos escritos de Lutero como uma das bases para o extermínio de judeus feito pelos nazistas é um exemplo bem claro disso.

---

<sup>14</sup> DUNN, J. D. G. *A teologia do Apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2003.

## 1 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo visa expor questões a respeito da história da leitura e identificar quais mudanças ocorreram e transformaram profundamente a maneira das sociedades ocidentais se relacionarem com a escrita. Como finalidade, devemos compreender como determinada forma de escrita pode influenciar na recepção do texto e seus discursos e nas apropriações feitas por um leitor, as quais são pensadas a partir das interpretações e como estas são construídas.

Um novo campo de investigação vem se afirmando enquanto disciplina importante no meio da pesquisa historiográfica: a história da leitura, que visa abordar questões referentes às formas de leituras, bem como o seu suporte material, os meios de produção e consumo. Baseado na ideia defendida por Roger Chartier, a história da leitura possui o objetivo de pensar, para cada período, as configurações atribuídas às formas de leitura, que participam do processo de construção de sentido a partir de determinado texto.

A história da leitura é utilizada, nesta pesquisa, como suporte teórico e metodológico a partir do qual pensamos a respeito das ideias de Martin Lutero sobre os judeus. Nessas ideias podemos perceber uma grande mudança na sua forma de pensar. Assim sendo, através de suas leituras e os possíveis significados construídos por Lutero, buscaremos compreender essa transformação. Entendemos o ato de ler da seguinte forma: “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”<sup>15</sup>. Michel de Certeau compara a leitura com a relação de um apartamento com seu locatário. O apartamento tem um proprietário; porém o locatário o toma como por empréstimo e, por alguns instantes, se torna dono e molda o apartamento conforme os seus gostos e costumes.<sup>16</sup>

As maneiras de leitura se transformam conforme mudam o suporte material do texto, os lugares de leitura, bem como quem lê o quê, por que e como, constituindo-se questionamentos importantes. As experiências de leitura nunca são as mesmas, pois esta possui uma história. Segundo Darnton<sup>17</sup>, essa história pode ser reconstruída, levando-se em conta alguns aspectos importantes. Como exemplo, podemos citar o caso descoberto por Carlo Ginzburg<sup>18</sup>, no qual ele nos apresenta a trajetória de um moleiro, Domenico Scandella, também conhecido como Menocchio, perseguido pela Inquisição e que se diferenciava da maioria dos indivíduos de sua sociedade principalmente pelo tipo de leitura que ele fazia. As

<sup>15</sup>CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 77.

<sup>16</sup>CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 49.

<sup>17</sup>DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 146.

<sup>18</sup>GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

leituras feitas por esse moleiro eram peculiares, se comparadas às de outros indivíduos do mesmo segmento na sociedade em que ele e no mesmo período em que ele vivia.

Uma forma de chegar-se à história da leitura é pensá-la enquanto fenômeno social, respeitando certas dificuldades apontadas por Darnton<sup>19</sup>: a dificuldade de acessar os elementos cognitivos e afetivos da leitura; o documento raramente registra o leitor no momento em que está construindo novos significados. A partir dessa noção de leitura enquanto fenômeno social cabe-nos pensar nessa atividade e como ela caminha em transformação juntamente com a sociedade.

### 1.1 História da Leitura

Adotando a Antiguidade Clássica como ponto de partida para pensarmos a história das práticas de leitura, vemos que esta esteve durante muito tempo ligado ao ato de declamar, falar. Na Antiguidade, os acordos verbais eram facilmente alterados ou até mesmo esquecidos. Com o crescimento das cidades-estados, havia a necessidade de encontrar uma “testemunha imortal”<sup>20</sup>, testemunha que pudesse rememorar com exatidão qualquer cláusula de qualquer contrato. Surge, então, o princípio da relação entre escrita e leitura, no qual o primeiro meio de efetivação da leitura se dava através da fala. Sobre essa primeira relação entre leitura e escrita, é importante ressaltar que: “A leitura sempre foi diferente da escrita. A escrita prioriza o som, uma vez que a palavra falada deve ser transformada ou desmembrada em sinais representativos. A leitura, no entanto, prioriza o significado. A aptidão para ler, na verdade, pouco tem a ver com a habilidade de escrever.”<sup>21</sup>.

No período da Antiguidade Clássica, a escrita era usada de maneira generalizada, mas ainda havia domínio da oralidade. Os estudos não tinham como objetivo a obtenção de conhecimento, e sim de oratória. É importante ressaltar que na Antiguidade o acesso à escrita e à leitura era muito restrito. Estima-se que no Antigo Egito, por exemplo, apenas 1% da população possuía esse privilégio.<sup>22</sup> Segundo Martyn Lyons, Roma era onde havia o nível de alfabetização mais elevado, porque, na cidade, ao contrário do Mundo grego, havia maior número de representantes participando das atividades da vida pública, o que exigia um maior

---

<sup>19</sup> DARNTON, R. Op. cit., p. 148.

<sup>20</sup> FISCHER, S. R. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 9.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>22</sup> LYONS, M. *Livro: uma história viva*. São Paulo: SENAC, 2011, p. 15.

nível de erudição<sup>23</sup>. Entretanto, nas sociedades antigas, dentre elas as gregas e romanas, grande parte da população passava suas vidas sem algum contato direto com a leitura.

Como ressalta Robert Darnton, é importante observarmos também aos aspectos físicos do livro, os formatos de um texto, bem como suas condições tipográficas, pois podem determinar a maneira como um texto foi lido:

Consideremos a frequência com que a leitura mudou o curso da história – a leitura que Lutero fez de Paulo, a leitura que Marx fez de Hegel, a leitura que Mao fez de Marx. Esses pontos se sobressaem em um processo muito mais profundo, muito mais vasto – o esforço eterno do homem para encontrar significado no mundo que o cerca e no interior de si mesmo. Se pudéssemos compreender como ele tem lido, poderíamos nos aproximar de um entendimento de como ele compreende a vida; e dessa maneira histórica, poderíamos até satisfazer parte de nossa própria ânsia de significado.<sup>24</sup>

O primeiro suporte material utilizado para a produção de livros foi o papiro, cujo grande produtor era o Egito, que exportava para todo o mediterrâneo. A demanda desse material crescia, por isso, seu comércio aumentava, experimentando um súbito crescimento, apesar de ser um material muito caro, fazendo com que o acesso aos livros fosse muito restrito. O primeiro formato de livro configurava-se nas folhas de papiro unidas de maneira a formar um rolo que precisava ser desenrolado para ser lido. Devido a essa estrutura em rolo, o texto corria diante dos olhos do leitor, a leitura era um processo naturalmente sequencial, não fragmentado: “Isso se ajustava de modo extraordinário à leitura oral, que também era, por natureza, sequencial.”<sup>25</sup> O texto era produzido de maneira a pensar-se a forma pela qual seria lido. Seu principal meio de leitura não seria o olho, e sim a língua, que deveria atribuir significado ao texto no momento da leitura. O texto era escrito de forma contínua e não havia separação de palavras nem pontuação.

A leitura não era algo simples ou rotineiro, inclusive pela sua estrutura material; por exemplo, o livro em rolo romano poderia medir 25 centímetros de largura e chegar de seis a dez metros de comprimento<sup>26</sup>. A leitura normalmente ocupava as duas mãos do leitor para segurar o rolo, além de não haver sumários ou índices e ser difícil de retornar o texto. Ao fechar o rolo, era preciso enrolá-lo novamente até o começo. Nas palavras de Chartier:

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 15

<sup>24</sup> DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 234

<sup>25</sup> FISCHER, S. R. Op. cit., p. 44.

<sup>26</sup> Ibid., p 62.

Esse livro é um rolo, uma longa faixa de papiro ou de pergaminho que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la. Ele faz aparecer trechos distribuídos em colunas. Assim, um autor não pode escrever ao mesmo tempo em que lê. Ou bem ele lê, e suas duas mãos são mobilizadas para segurar o rolo, e neste caso, ele só pode ditar a um escriba suas reflexões, notas, ou aquilo que lhe inspira a leitura<sup>27</sup>.

A prática que marcou a Antiguidade foi a leitura em voz alta, embora não sejam descartadas outras formas de leitura. Roger Chartier e Guglielmo Cavallo questionam a ideia de que a leitura em voz alta era uma prática exclusiva e ressaltam a noção de que existiram outras formas de leitura que se sobressaíam de acordo com as circunstâncias do leitor. Contudo, é importante ressaltar que a leitura configurava-se entre as formas de sociabilidade, principalmente por meio dos grupos de leitura. As últimas décadas do século V a.C. podem ser consideradas como um limite para a história da leitura, pois marcam o momento em que um livro deixou de ser destinado quase que exclusivamente para a conservação de um texto e passou a ser encarado como um instrumento de leitura.

O suporte material da leitura se aprimorava conforme a leitura se tornava algo mais comum e mais utilizado na sociedade. Ainda durante a Antiguidade, podemos observar alguns avanços importantes na história das práticas de leitura. Primeiramente, podemos citar as mudanças com relação ao material que era utilizado na fabricação do livro. Inicialmente, como já foi dito, os rolos contavam com as folhas de papiro, um material produzido pelo Egito. A partir do século I d.C., surgiu um novo material: o pergaminho, com várias vantagens sob o papiro. Entre elas, podemos citar o fato de que era composto por pele de animais, por isso era muito durável e podia ser costurado a outras folhas. Em contrapartida, o papiro tinha pouca durabilidade e era muito sensível à umidade. Ele podia ser raspado e reutilizado. Esse novo tipo de material trouxe também benefícios econômicos, pois não era mais necessária a importação de papiro do Egito, apesar da produção do pergaminho ser um processo delicado e custoso pelo desperdício. A total substituição do papiro ocorreu somente no início da Idade Média: “Mas o pergaminho estava longe de ser um material de escrita perfeito. Continuava caro, e necessitava do dispêndio de peles de carneiro, cordeiro, cabra e bezerro. [...] Ele era suficiente como material de escrita apenas por que a demanda pela escrita permaneceu baixa.”<sup>28</sup>

Além da mudança no tipo de material de escrita, a estrutura do livro também se alterou. Essa mudança é apontada por Martyn Lyons como sendo “uma das mais

---

<sup>27</sup> CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 77.

<sup>28</sup> FISCHER, S. R. *Op. cit.*, p. 78.

significativas e duradouras na história do livro”<sup>29</sup>. Foi a passagem do rolo ou *volumen* para o códice, que consistia em folhas ou páginas todas individuais, de tamanho aproximado e costurado de um dos lados. Muitas vezes podiam ser cobertas por uma prancha simples ou decorada. A utilização do códice pode ser datada do século II a.C, quando o livro em forma de rolo começou a perder sua utilidade. A passagem do livro em rolo para o códice foi um processo que ocorreu gradualmente. Inicialmente, como aponta Steven R. Fischer<sup>30</sup>, o códice não passava de um objeto novo e curioso. As obras clássicas ainda mantinham seu formato em rolo. Independentemente de ser rolo ou códice, a produção de um livro ainda era um processo muito custoso. Por isso, grande parte da escrita e leitura eram feitas com tabuletas de cera.

Os cristãos foram um dos primeiros a utilizarem-se dessa nova modalidade. Acompanhado dessa transformação na formatação do livro, veio também mudanças nas práticas de leitura, pois seria possível ao leitor ocupar apenas uma de suas mãos, podendo assim fazer anotações enquanto escrevia. O códice era de bem mais fácil manuseio, á medida que registrar as marcas de leituras se tornou bem mais fácil para o leitor. Com o avanço dos códices de pergaminho e o aumento de sua popularidade, houve também a percepção de que esses eram de menor custo e melhor comercialização.

O uso do códice andou lado a lado com o crescimento do cristianismo, que foi fator importante para o favorecimento de sua utilização. Em sua grande maioria, os livros de tradição cristã são quase todos feitos sob a configuração do códice. No século V d.C, a bíblia e outros livros religiosos eram expostos em pedestais nas igrejas, para a leitura em voz alta durante as missas. A leitura era, nesse momento, um ritual para ser feito em grupo.

Somos tentados a pensar em uma ruptura entre o livro em rolo e o códice. Entretanto é importante pensarmos também em suas continuidades; entre elas, podemos ressaltar o que já foi dito por Chartier em seu artigo “Escutar os mortos com os olhos”: o códice se sobressaiu ao rolo, porém não houve grandes transformações nos meios e nas técnicas de reprodução, pois ainda seguia a cópia manuscrita.<sup>31</sup>

A leitura durante o período medieval esteve estritamente ligada às atividades religiosas e pode ser vista nesse período como prática de devoção: "Escutar e ler. Essa era a essência da

---

<sup>29</sup> LYONS, M. Op. cit., p.35.

<sup>30</sup> FISCHER, S. R. Op. Cit.

<sup>31</sup> CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos avançados*. São Paulo, n 24 (69). 2012. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S010340142010000200002&lng=en&nrm=iso&tln g=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010340142010000200002&lng=en&nrm=iso&tln g=pt)>. Acesso em: 30 de fev. de 2015.

leitura medieval.”<sup>32</sup> Steven R. Fischer<sup>33</sup> aponta o período medieval como sendo um momento de choque entre a oralidade e a escrita. Ainda que reconheça o valor e a importância da leitura em voz alta, a leitura silenciosa começou a ganhar espaço entre as práticas de leitura. Cada vez mais, a leitura se tornava indispensável. Essa nova relação com a leitura fez com que ela circulasse em outros âmbitos da vida: “Sociabilidade do convívio, intimidade familiar e doméstica, isolamento individual: são essas três esferas da vida do Ocidente em que o livro e suas leituras detêm uma posição primordial.”<sup>34</sup>

Essa nova relação de intimidade com a leitura condicionava o leitor a uma relação com o livro mais solitário e íntimo, além da leitura se tornar algo mais rápido e com interiorização imediata. A mudança nos hábitos de leitura se deu de maneira gradativa, tanto que, ainda durante grande parte do período medieval, prevaleceu a leitura coletiva e em voz alta. Essa forma de leitura como instrumento de sociabilidade pode ser explicada no seguinte trecho:

Em primeiro lugar, a vida em comunidades de mosteiros e castelos, pequenas cidades e vilarejos impunha que quase todas as horas do dia fossem passadas em grupos; ficar sozinho era algo raro. Além disso, na maioria das regiões talvez apenas um em cada cem era alfabetizado. Os livros eram raríssimos e raras também eram as pessoas que tinham seus próprios exemplares. E talvez o mais importante, a tradição nativa desejava histórias e lições (fossem orais, fossem escritas) a serem escutadas em comunidade<sup>35</sup>.

Para a passagem da leitura oral para a silenciosa, Chartier aponta como essencial o século XII, quando se transforma a função da escrita, que não era utilizada somente para a preservação e memorização, mas também era produzida após uma leitura. Nesse sentido era composta e entendida como trabalho intelectual. Para alavancar essa mudança nas práticas de leitura e escrita, foi essencial o desenvolvimento das escolas e universidades. É interessante ressaltar que: “As conquistas da leitura silenciosa, não podem, então, ser separadas da mutação maior, que transforma a própria função da escritura.”<sup>36</sup>

Alguns avanços importantes ocorreram durante o período medieval e tornaram possível a leitura silenciosa. Em primeiro lugar, o latim começou a assumir uma forma fixa das palavras e mais próxima das línguas nativas, por exemplo, o francês, o italiano e o inglês.

---

<sup>32</sup> FISCHER, S. R. Op. cit., p. 129.

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> CHARTIER, R. *Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p. 154.

<sup>35</sup> FISCHER, S. R. Op. cit., p. 131.

<sup>36</sup> CHARTIER, R. *Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p. 36.

Em segundo lugar, as transformações na forma de escrita que a tornou mais esclarecida: o acréscimo de pontuação e separação entre as palavras. Antes não era necessário, uma vez que a separação de palavras e as entonações de uma frase se davam através da leitura oral. Todas essas mutações, principalmente os progressos de cunho ortográfico, contribuíam para separar cada vez a leitura da fala, e a visualização do texto começou a ser uma preocupação.

A partir dessas transformações, a leitura deixou de ser apenas instrumento de sociabilidade e passou a ser útil para a individualidade. A leitura transpôs do público para o privado. O texto não era mais compartilhado, e sim interiorizado, possibilitando uma meditação em silêncio. Essa mudança foi tão profunda que modificou até a mente do leitor. A leitura passou a ser vista como experiência interior, entretanto é importante ressaltar que a substituição total da leitura oral pela leitura silenciosa não aconteceu na Idade Média: "Escutar e ler permanecem como a essência do costume medieval."<sup>37</sup>

Podemos considerar que, durante a Idade Média e no período moderno, a leitura experimentou variações importantes. Como já foi dito, na Antiguidade, a noção de leitura esteve estritamente ligado à oralidade, quando uma parcela mínima da população tinha acesso à leitura. Na Antiguidade, podemos citar dois avanços importantes para a leitura: a criação do alfabeto pelos gregos e a invenção do papel pelos chineses. Mais adiante, no período medieval, o códice se sobressaiu ao rolo, enquanto a leitura oral foi gradualmente perdendo espaço para a silenciosa.

O "livro de horas" foi um gênero de leitura que se sobressaiu no fim da Idade Média e era usado para as preces pessoais. Esses livros geralmente eram pequenos e fáceis de transportar, eram comuns e levados por todos os lugares, por suas donas, as mulheres, na maioria das vezes. Esse tipo de livro se tornou uma opção até mesmo para presentes de casamento. O livro de horas pode exemplificar a mudança significativa que ocorreu com as práticas de leitura, pois sugere uma leitura mais individual e interiorizada, além de ligar o leitor diretamente com o divino, sem a necessidade de intervenção da igreja que, até então, monopolizava as leituras religiosas.

A partir do século XV, a leitura experimentou um de seus principais avanços tecnológicos, fato que afetou profundamente as formas de leitura: a invenção da imprensa. A tendência era pensar a invenção da Imprensa como uma ruptura repentina entre o manuscrito e o impresso, contudo é relevante ressaltar que o primeiro permaneceu durante muito tempo após a invenção da Imprensa. Para Steven R. Fischer, o impacto que a invenção da imprensa

---

<sup>37</sup>FISCHER, S. R. Op. cit., p. 131.

trouxe para a sociedade europeia se deve ao processo de transformação que a leitura vinha experimentando desde a Idade Média:

A contribuição de Gutenberg pode talvez ter sido superdimensionada, uma vez que a impressão deve o seu impacto imediato na sociedade ao que fora desenvolvido na Idade Média. O surgimento da impressão por volta de 1450 é explicado, em especial, pelas demandas expressas por uma robusta cultura letrada que a Europa ocidental já havia conseguido formar, uma cultura forte o suficiente para assegurar e sustentar a produção em massa de livros impressos<sup>38</sup>.

Chartier compara o impacto que a invenção de Gutenberg trouxe com o texto eletrônico e as modificações para a leitura que a sociedade atual tem experimentado nas últimas décadas. Segundo o autor, a imprensa e o texto eletrônico trouxeram menor custo para o livro, permitindo mais tiragem em menos tempo. Apesar disso, a transformação não é absoluta, pois o livro, tanto manuscrito como impresso, após a invenção de Gutenberg, continuou sendo baseado no códex: “Tanto um como outro são objetos compostos de folhas dobradas certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão de cadernos. Esses cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação.”<sup>39</sup>

Chartier defende a ideia de que há uma continuidade entre a cultura do impresso e do manuscrito. A cópia manuscrita teria sobrevivido após a imprensa até os séculos XVIII e XIX<sup>40</sup>. Um dos motivos dessa continuidade foi: o texto, mesmo impresso, precisava que seu acabamento fosse feito a mão. As letras maiúsculas ornamentadas, as pontuações, os títulos e as notas nas páginas, tudo deveria ser acrescentado à mão. O autor aponta ainda que, até nos dias de hoje, o livro impresso é herdeiro direto do manuscrito<sup>41</sup>. Inicialmente, o livro impresso era diretamente ligado ao manuscrito. Somente mais adiante de sua invenção o livro impresso deixou de ser uma reprodução do manuscrito e adotou sua identidade própria.

O contexto pelo qual passava a Alemanha no período contribuiu para o surgimento da imprensa. A procura por livros crescia, houve o crescimento e difusão das ideias humanistas, aumento das cidades e centros comerciais, além de uma série de avanços tecnológicos.

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 191.

<sup>39</sup> CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 7.

<sup>40</sup> Ibid., p.9.

<sup>41</sup> Id. *Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p.33.

A escrita voltou a florescer no século XI, quando um comércio mais intenso criou novas demandas. Contas correspondências, documentos e escrituras aumentaram dez vezes ou mais. Se até então a palavra escrita permanecia, sobretudo no domínio de eruditos clérigos peripatéticos e eclesiásticos no poder, agora ela começava a retornar a esfera pública, pela primeira vez desde o final da antiguidade. Sendo restabelecidas para fins práticos, a leitura e a escrita logo deram um novo fôlego à leitura em vernáculo, à leitura clássica e até mesmo ao pensamento reflexivo<sup>42</sup>.

A imprensa trouxe um grande impulso para a palavra escrita e mudou profundamente as práticas de leitura. Ela, em longo prazo, difundiu a escrita e tirou o monopólio da leitura das mãos dos pertencentes à cultura erudita. Esse fato pode ser visto se olharmos para o exemplo de Menocchio, um moleiro que teve acesso a muitas obras e que pôde formar sua própria ideia sobre suas crenças. Sobre isso, Ginzburg diz que, graças à invenção da imprensa, “[...] um simples moleiro pôde pensar em *tomar a palavra* e expor suas próprias opiniões sobre a Igreja e sobre o mundo.”<sup>43</sup> Para Ginzburg, os grandes acontecimentos históricos que permitiram a formação de um personagem histórico como Menocchio foi a invenção da imprensa e a Reforma protestante.

A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de ideias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores - mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes, como queria<sup>44</sup>.

Ginzburg ainda acrescenta que:

A invenção do alfabeto – que cerca de quinze séculos antes de Cristo quebrou pela primeira vez esse monopólio – não foi suficiente, contudo, para pôr a palavra em disposição de todos. Somente a imprensa tornou mais concreta essa possibilidade.<sup>45</sup>

Devemos superar a ideia de que a imprensa trouxe uma ruptura na história da leitura. De acordo com as ideias de Chartier, a imprensa não significou a aparição do livro impresso<sup>46</sup>:

<sup>42</sup> FISCHER, S. R. Op. cit., p. 151.

<sup>43</sup> GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 104.

<sup>44</sup> Ibid., p.25.

<sup>45</sup> Ibid., p. 104.

<sup>46</sup> Para Roger Chartier, o surgimento do texto eletrônico é uma revolução mais radical, e trouxe mudanças mais significativas e profundas do que a revolução trazida pela imprensa. O autor acredita na revolução digital

De um lado, ao menos até princípios do século XVI, o livro impresso também mantém-se muito dependente do manuscrito. Imita sua disposição em páginas, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considera-se que deva ser acabado a mão: a mão do iluminador, que pinta iniciais ornadas e miniatura; a mão do corretor ou *emendator*, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão do leitor que escreve na página notas e indicações marginais. De outro lado, e mais fundamentalmente, tanto depois quanto antes de Gutenberg, o livro é um objeto composto por folhas dobradas, reunidos em cadernos ligados uns aos outros<sup>47</sup>.

O leitor se tornava cada vez mais ativo e menos passivo diante de suas leituras, que já não eram mais ouvidas, e sim interiorizadas através da leitura visual e silenciosa. Segundo Roger Fischer, existia uma hierarquia presente até meados do século XV: “autor > comentador > bispo > mestre > discípulo”<sup>48</sup>. Essa hierarquia servia não apenas para ditar o que devia ser lido, mas também como devia ser lido, ou seja, as interpretações que poderiam ser feitas. A partir da segunda metade do século XV, com o surgimento da imprensa e a difusão de livros, os leitores passavam a mostrarem-se mais ativos e responsáveis por suas leituras. Isso aconteceu, de forma bastante gradual.

Várias mudanças estavam ocorrendo nas práticas de leitura: novos leitores, novas leituras e mudanças na estrutura do livro. A Europa não estava preparada para essas transformações e o seu foco de ensino permanecia no ensino superior. As escolas de séries iniciais não tinham estrutura. Por essa razão, a maioria das crianças recebia somente aulas de catecismo, mas continuavam analfabetas. Somente por volta do século XVIII, a leitura silenciosa se tornou padrão. Nesse momento, houve a ampliação do universo da leitura: maior demanda por livros, maior quantidade de público leitor, aumento na produção de livros e redução de seu preço.

Uma mudança significativa que ocorreu após o surgimento da página impressa foi: o livro deixava de ser somente alvo de altos investimentos, louvado e enaltecido, ganhando outro significado, um instrumento de estudo<sup>49</sup>. A partir do século XVI, começaram a surgir os primeiros “livros de bolso”, cujos formatos eram menores e de baixo custo, podendo ser mais vendidos. A lucratividade não era o único objetivo desse tipo de livro, pois existia também o apoio à ideia de que mais pessoas deveriam ter acesso à leitura sem intermediações. Com os

---

como sendo a grande transformação da história da leitura. O texto digital obriga a uma revisão das noções que são associadas ao escrito: formas de escrita, reprodução e disseminação de textos, além de transformar as práticas de leituras que se tornam cada vez mais inéditas.

<sup>47</sup>CHARTIER, R. *Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p. 31.

<sup>48</sup>FISCHER, S. R. Op. cit., p. 187.

<sup>49</sup>Ibid., p. 195.

livros se tornando cada vez mais compactos e mais baratos em comparação com o manuscrito, a leitura se tornava algo mais prático e prazeroso. Esse processo de transformação das práticas de leitura trazida pelo livro impresso desemboca em uma nova geração de leitores, que tinham mais contato somente com a página impressa, tendo cada vez menos familiaridade com o manuscrito.

Além das mudanças já apontadas, houve também transformação na forma como as sociedades percebiam a leitura, pois a razão cada vez mais ganhava espaço frente às paixões suscitadas pela leitura em voz alta. A leitura silenciosa e a Imprensa trouxeram consigo uma prática de leitura mais reflexiva e que fazia com que a leitura passasse a ser instrumento de racionalidade. Além da racionalização da leitura, a Imprensa também possibilitou a propagação de livros científicos, inclusive pela possibilidade da impressão mais precisa de diagramas. Antes da criação da Imprensa, não existia a demanda de reprodução de livros científicos; e, com ela, trouxe maior acessibilidade a essas obras. A partir disso, “O livro torna-se um poderoso meio técnico que confere toda eficácia a concentração individual, à difusão de ideias e que termina por construir novas formas de trabalho intelectual.”<sup>50</sup>

Apesar das estruturas e formas de leitura ser capazes de modificar as formas de interpretação e uso dos textos, a leitura não deve ser encarada como uma prática igualitária, assim como a familiaridade com a leitura não é um fenômeno homogêneo. Essas constatações foram feitas por Roger Chartier<sup>51</sup> quando ele buscava análises de taxas de assinaturas de documentos entre os séculos XVI e XVIII. Essas taxas de assinaturas não são capazes de medir diretamente o nível de alfabetização da sociedade, mas podem apresentar o nível de familiaridade que se tinha com a escrita. É importante, para não tomar conclusões precipitadas, ressaltar algumas observações feitas pelo próprio autor. Se todas as pessoas que sabiam assinar o nome sabiam ler, nem todos os que liam sabia assinar o nome, talvez porque assinar o nome fosse a última etapa de seu aprendizado. Ou porque, por falta de familiaridade e até mesmo falta de uso da escrita, fazia com que a pessoa perdesse seu domínio sobre a escrita. Podemos entender que nem todos os que assinavam o nome sabiam ler e que nem todos os que liam assinavam o nome.

Feitas essas ressalvas, Chartier identifica algumas diferenças que mostram que, com as práticas de leitura, não é possível fazer generalizações. A primeira das diferenças que

<sup>50</sup>ALMEIDA, M. A. A cada leitor seu texto – Dos livros às redes. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis, n. esp., 1. Sem. 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14712771011>>. Acesso em: 18 de fev. 2015, p.3.

<sup>51</sup>CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

podemos citar é entre homens e mulheres. Segundo o autor, as taxas mostram que os homens assinam mais do que as mulheres, levando em consideração inclusive que a educação das mulheres era mais voltada para a leitura e não para a escrita. Outra diferença apontada pelo autor é com relação a ocupação e condições, citando o caso da Inglaterra do século XVII, onde a capacidade de assinar o nome estava ligada à qualificação da atividade exercida e à condição social. A leitura silenciosa marcou as práticas da Antiguidade e grande parte da Idade Média. Já o período da modernidade foi marcado pela privatização da leitura e pela pluralidade de práticas.

Martin Lyons<sup>52</sup> também aponta algumas possíveis variações nas práticas de leitura, principalmente a partir do século XVIII. Algumas pessoas liam somente páginas impressas, mas não conseguiam ler manuscrito. Outras compreendiam somente a bíblia em estilo gótico que possuía, e enquanto outros até aprendiam a ler, porém acabavam esquecendo por falta de prática. Segundo o autor, a alfabetização quase universal foi alcançada primeiro pelos Estados Unidos e pela Áustria em torno dos anos 1890, quando quase toda população sabia ler e escrever. A capacidade de ler dependia de alguns aspectos, como a posição social. Os índices de alfabetização sempre foram mais elevados entre advogados, mercadores e aristocratas. O nível de urbanização também influenciava nos níveis de leituras: as cidades sempre foram mais alfabetizadas do que o campo e as grandes cidades mais do que as menores. As diferenças de níveis entre homens e mulheres também eram significativas: das mulheres que sabiam ler, quase nenhuma delas sabia escrever. O poder da escrita poderia significar uma independência que só era conferida aos homens.

Podemos afirmar que, com o surgimento do texto eletrônico na atualidade, experimentamos novas mudanças no universo da leitura. Chartier compara as evoluções trazidas pelo texto eletrônico com as mudanças trazidas por Gutenberg: menor custo do livro, mais tiragem em menos tempo. O autor vai além quando afirma que temos presenciado, nas últimas décadas, uma mudança profunda na forma de reprodução dos livros, no seu suporte material e nas formas de ler.

A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra,

---

<sup>52</sup> LYONS, M. *Livro: uma história viva*. São Paulo: SENAC, 2011, p. 96.

no interior de sua encadernação ou de sua capa, o teto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução das estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler.<sup>53</sup>

Os vários avanços tecnológicos têm transformado o livro e a leitura em diversos aspectos. Primeiramente podemos apontar mudanças de cunho material, pois o livro que conhecemos hoje nada mais é que a variação do modelo do códice e tem dividido seu espaço com outra forma de estrutura material dos textos: o texto eletrônico, que é reproduzido na tela. Outra mudança, diz respeito à ordem dos discursos e à unidade da obra. Anteriormente, um livro carregava uma única obra, com raras exceções, mas o suporte de texto eletrônico pode trazer inúmeras obras em sua memória. Só através da materialidade não é mais possível identificar a ordem de seu discurso; por exemplo, obras religiosas, científicas ou romances podem ser carregadas juntas e dentro da memória de determinado dispositivo eletrônico portátil.

Uma terceira mudança ocorre nas práticas de leitura, pois, com o texto eletrônico, surge um novo tipo de leitor ainda pouco conhecido. Esse leitor é bombardeado constantemente pela informação, à medida que o tempo todo testa sua percepção: “Esse leitor é agora indivíduo imerso em uma metrópole povoada por uma multiplicidade de imagens, registros, mercadorias”<sup>54</sup>. Novamente podemos perceber as mudanças em torno do universo da leitura, por mais que mudem os suportes da leitura e até mesmo os leitores, uma coisa a leitura sempre teve em comum: “[...] seja passando o dedo pela lombada gasta de um livro na biblioteca, seja pressionando o mouse em busca de novas páginas na web, é o eterno desejo de encontrar e compartilhar narrativas e conhecimentos que ainda move os leitores em busca da leitura tão desejada.”<sup>55</sup>

As considerações feitas até aqui sobre a história da leitura são essenciais para a compreensão de como as estruturas materiais e as práticas de leitura estão sempre em transformação e como elas se influenciam de forma recíproca. Devemos observar que o formato material do texto condiciona as práticas de leitura. A seguir, será relevante pensarmos na história da leitura e sua relação com a Reforma Protestante e Martin Lutero, aspectos essenciais desta pesquisa.

---

<sup>53</sup> CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 12.

<sup>54</sup> ALMEIDA, M. A. Op. cit., p.8

<sup>55</sup> Ibid., p.18

## 1.2 Lutero e a Leitura

A Alemanha<sup>56</sup> foi o berço da Reforma e da Imprensa, entre outras razões, em virtude do aumento da demanda por livros, e por liderar os índices de alfabetização do século XVI na Europa. Contudo, ainda era raro quem possuísse um livro; e, quem tivesse deveria ler em voz alta para compartilhar da leitura com a comunidade. Nesse período da Reforma, a leitura ainda era um privilégio para poucos; porém, graças à propagação da leitura mudanças profundas já aconteciam na Alemanha. É importante lembrar que a leitura e a escrita estavam muito mais relacionados com a própria compreensão da vida nesse período. Exemplo disso é o caso do Menocchio, que, a partir de suas leituras, formulou ideias a respeito de sua própria existência.

Um dos pontos defendidos por Lutero seria: a salvação é possível mediante a fé de cada um e não graças à intervenção da igreja. Essa ideia, considerada no período como herética, não era inédita de Lutero, pois vários outros homens já haviam sido condenados pela propagação dessas ideias. Os livros nos quais a Igreja baseava sua doutrina deveriam ser lidos e interpretados somente pelos líderes da igreja. Em contrapartida, Lutero pregava que todos deveriam ter o direito de ter acesso à Palavra de Deus, porém a difusão das ideias do luteranismo se deve a outros livros, além da Bíblia: panfletos, brochuras e, às vezes, somente páginas. Os inimigos da Reforma e contrários às ideias de Lutero também respondiam da mesma forma com publicações<sup>57</sup>.

Em 1522, Lutero produz a tradução do Novo Testamento em alemão, que foi reimpresso catorze vezes durante dois anos em Wittenberg; e várias outras edições surgiram em outros lugares da Alemanha<sup>58</sup>. Martin Lyons chega a afirmar que “A Bíblia de Lutero foi um *best-seller* em seu tempo”<sup>59</sup>. Contudo, não devemos nos iludir com a ideia de que os fiéis rapidamente tiveram acesso à leitura da Bíblia, porque apenas 3 ou 4% dos alemães sabiam ler. Além disso, o livro ainda era caro, uma cópia da Bíblia não encadernada chegava a custar um mês inteiro de trabalho de um assalariado médio, por exemplo.

Em 1520, Lutero escreve um tratado em que deixa bem clara sua posição com relação à prática de leitura dos fiéis e, ao mesmo tempo, tece críticas ao papado:

---

<sup>56</sup> É importante ressaltar que a Alemanha que hoje está constituída naquele período era bem distinta. Ainda não havia uma nação consolidada a Alemanha se constituía de uma região governada por um imperador com cerca de oito a dez príncipes e várias cidades independentes. Mais adiante nessa pesquisa vamos nos aprofundar no contexto vivido pela Alemanha do período, contudo é importante quando lemos Alemanha nessa pesquisa nos lembrar de que não se trata da mesma situação do país que conhecemos hoje.

<sup>57</sup> LYONS, M. Op. cit., p. 70.

<sup>58</sup> Ibid., p. 69.

<sup>59</sup> Ibid., p. 68.

Com muita astúcia os romancistas se circundaram de três muralhas, com que até agora se protegeram, de sorte que ninguém os pôde reformar, razão por que toda a cristandade decaiu terrivelmente. Em primeiro lugar: quando se os apertou com poder secular, determinaram e disseram que o poder secular não tem direito sobre eles, sim o contrário: o eclesiástico estaria acima do secular. Segundo: quando se o quis censurar com base na Sagrada Escritura, eles objetivam dizendo que a ninguém cabe interpretar a Escritura se não o papa. Terceiro: quando ameaçados com um concílio, inventam que ninguém pode convocar concílio senão o papa.<sup>60</sup>

Nesse tratado, vemos claras críticas dirigidas às lideranças religiosas do período que atribuem para si mesmo a autoridade sobre a interpretação bíblica. Lutero combate essa ideia, usando algumas passagens bíblicas. Segundo ele, outras pessoas – que também são autoridades religiosas – além do Papa, seriam capazes de interpretar as sagradas escrituras. Porém, devemos trazer ao conhecimento que Lutero questionava se fora correto ter traduzido a bíblia e colocado ao alcance de todos, uma vez que alguns leitores poderiam fazer interpretações que o próprio Lutero condenava<sup>61</sup>. Além disso, traduzir a bíblia e retirar o poder de interpretação, que era exclusivo da Igreja, reduziria o poder de controle que ela mantinha sobre as interpretações feitas e colocaria em risco sua própria autoridade.

O século XVI foi um período de profundas transformações que modificaram definitivamente o universo da leitura, que, nesse momento, passou a atuar como motor para inúmeras mudanças: “Mas, sobretudo em virtude da leitura, mudanças profundas estavam acontecendo.”<sup>62</sup> As grandes mudanças começaram pela Alemanha: a invenção da Imprensa e a Reforma Protestante. Em virtude desses dois acontecimentos, a Alemanha liderou os índices de alfabetização do século XVI; e, por razão da leitura, os indivíduos tinham mais acesso às informações. O acesso ao conhecimento fazia com que os indivíduos pensassem em suas próprias relações, inclusive como detentores do poder. Em razão desse acesso, a Alemanha, logo após o surgimento da Imprensa, se tornou o berço da Reforma.

É relevante entendermos a relação que as práticas de leitura estabeleceram com a Reforma Protestante, pois esta relação facilitou o sucesso das ideias reformistas. A leitura foi um dos mais eficazes instrumentos de propagação das ideias reformistas. Viabilizou o acontecimento e a consolidação da Reforma frente a uma sociedade extremamente

---

<sup>60</sup> LUTERO, M. À sereníssima, poderosíssima Majestade Imperial e à nobreza cristã da nação alemã. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 1988. v. 2, p. 281

<sup>61</sup> FISCHER, S. R. Op. cit., p. 209.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 96.

fundamentada em conceitos religiosos onde a centralização de poder se dava na figura do Papa, e os excessos por parte da Igreja do período eram constantes.

Pensar na relação de Lutero com a leitura é reconhecer as possíveis reações que a leitura pode exercer nos indivíduos e considerar suas incalculáveis consequências. No caso de Lutero pensar sua relação com a leitura, corresponde com o objetivo central desta pesquisa: entender como, através da leitura, Lutero pode ter formulado novas considerações a respeito dos judeus. Essa questão será analisada nos capítulos seguintes. Para responder a tal questionamento, recorreremos ao conceito de apropriação.

No ano de 1522, Lutero redige um texto que vai à contramão de tudo que vinha sendo dito sobre os judeus no período. Nesse escrito, ele defendia os judeus e prega a amabilidade para com eles. No trecho a seguir, temos um exemplo.

Se os apóstolos, que também eram judeus, lidassem com nós gentios, assim nós gentios, lidamos com os judeus, nunca teria tido um cristão entre os gentios. Uma vez que eles lidavam com nós gentios, na forma fraternal tal, nós, por sua vez, deveríamos tratar os judeus de uma forma fraternal para que possamos converter alguns deles.<sup>63</sup>

Vinte anos mais tarde, Lutero redige um texto com um tom de hostilidade completamente contrário do que lemos no trecho acima. A seguir, temos um pequeno trecho desse escrito: “Sobre os judeus e suas mentiras”, de 1543: “Cuide-se, pois, dos judeus e de suas escolas que são ninhos diabólicos, cheios de blasfêmias, mentiras e arrogância contra Deus e todas as gentes, como só faz o próprio demônio: e aonde vires um judeu pregar, saiba que ele está envenenando as pessoas, envenenando e matando sem o menor descaramento.”<sup>64</sup> Lemos também que: “E insistem os judeus nestes falsos ensinamentos até hoje, herdados dos seus pais, desvirtuam a Palavra de Deus, praticam usura, roubam e matam onde podem passando estas práticas para os filhos e os filhos dos filhos [...]”

Veremos, nos próximos capítulos desta pesquisa, uma análise das hipóteses que cercam as motivações que levaram a essa intrigante mudança de perspectiva de Lutero a respeito dos judeus. A hipótese central é com relação às leituras feitas por Lutero que, de alguma forma, nesse intervalo de vinte anos, modificou sua forma de pensar: “Um homem do temperamento de Lutero, quando abre um livro, nele lê apenas um pensamento, o seu. Nada aprende que já não traga dentro de si. Uma palavra, uma frase, um raciocínio o impressionam.

<sup>63</sup>LUTERO, M. *That Jesus Christ was born a jew*. Disponível em: <<http://www.ccjr.us/dialogika-resources/primary-texts-from-the-history-of-the-relationship/272-luther-1523>>. Acesso em: 30/nov. 2015.

<sup>64</sup>LUTERO, M. *Dos judeus e suas mentiras*. Porto Alegre: Revisão, 1993.

Apossa-se dele”<sup>65</sup>. Essa afirmação de Febvre nos apresenta um Lutero vulnerável as suas leituras que se impressiona com aquilo que lê, contudo devemos discutir sua afirmativa de que Lutero lê apenas seu próprio pensamento, nada de novo, nada que já não traga dentro de si. Esse viés de pensamento vem contra a noção de leitura enquanto prática criadora de significados que buscamos demonstrar nessa pesquisa. Entendendo a leitura como apropriação e construção de significados não podemos afirmar que Lutero lê apenas seu próprio pensamento, mas defendemos a ideia de que Lutero constrói novas ideias através de suas leituras.

Esta pesquisa se encontra situada no campo da história da leitura, pois se ocupa de investigar práticas de leituras e analisar como um leitor produz novas perspectivas e opiniões sobre determinados assuntos, por meio de suas leituras, que não são nada neutras e passivas, mas sim uma atividade criadora no qual a apropriação se torna fundamental.

### 1.3 Conceito de apropriação

Ao formular um texto, o autor transmite ideias aos seus leitores. Elas passam para o texto, do texto para o impresso e do impresso novamente para as ideias, a história da leitura abrange cada fase desse percurso<sup>66</sup>. Nem sempre os elementos ideológicos presentes no pensamento do autor, no fim desse percurso, também permanecerão no pensamento do leitor, pois ele não é passivo frente às ideias que lhe são impostas pela leitura.

A leitura é construção de sentido, de novas ideias:

Não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, como algumas vezes se pretendeu, em uma ótica na qual o positivismo e o elitismo não escaparam a ninguém. Ler é, portanto, construir e não reconstruir um sentido<sup>67</sup>.

Seguindo esse conceito de leitura como prática criadora, Chartier<sup>68</sup> aponta a questão central da história da leitura: entendê-la, de um lado, como prática criadora, produtora de sentidos, que, muitas vezes, foge dos sentidos propostos pelos autores; do outro o leitor ainda é pensado como alguém que deve ser sujeitado a um sentido único, a uma compreensão correta, em concordância com o autor do texto. A ideia de leitura enquanto prática criadora se

<sup>65</sup>FEBVRE, L. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p. 60.

<sup>66</sup>DARNTON, R. Op. cit., p. 111.

<sup>67</sup>GOULEMOT, J. M. Op. cit., p. 108.

<sup>68</sup>CHARTIER, R. *Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

adéqua a este trabalho, cujo objetivo é buscar nas leituras feitas por Lutero, algum esclarecimento para as novas ideias que ele formula sobre um grupo social.

O conteúdo inscrito nos textos nem sempre representa o que ele é para seus leitores, assim como a presença de determinada representação não significa o que ela é para seus usuários. É necessário analisar como os consumidores se articulam com essas representações. A partir disso, podemos pensar em produções primárias e secundárias, como foi proposta por Michel de Certeau, que nos apresenta um exemplo, a televisão. O estudo das imagens difundidas pela televisão (representação) deve ser acompanhado do estudo com relação ao tempo em que as pessoas passam na frente da televisão (comportamento) e deve ser complementada com o estudo daquilo que o consumidor “fabrica” frente à televisão.<sup>69</sup>

A respeito da diferenciação do que é imposto como representação aos consumidores e de como essa representação é manipulada por seus usuários, temos outro exemplo: os índios perante a colonização espanhola, no qual etnias indígenas eram submetidas à dominação com novas leis, rituais e representações. Contudo, os índios se utilizavam dessa dominação, na maioria das vezes, não com o mesmo significado ou o mesmo objetivo com que contavam os colonizadores.

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização<sup>70</sup>.

Nessa perspectiva, os consumidores são vistos como produtores desconhecidos e que produzem, por meio de suas práticas, elementos ilegíveis. Entendemos por “fabricação” uma produção mais escondida e silenciosa e que não ocorre nos meios de produção propriamente ditos, como os meios de comunicação. Essa produção ocorre em meio aos consumidores, em suas práticas cotidianas, apropriando-se daquilo que lhes é imposto pela ordem dominante. Sobre a diferenciação de produção e consumo, lemos o seguinte:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizadora, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com

---

<sup>69</sup> CERTEAU, M. Op. cit., p. 39.

<sup>70</sup> Ibid., p. 40

produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante<sup>71</sup>.

É imprescindível fazermos referência à diferenciação proposta por Michel de Certeau entre estratégias e táticas, que fazem alusão à produção e ao consumo cultural. Estratégia seria a medida da relação de força que se torna possível quando um ser pode ser isolável de um ambiente, ou seja, a estratégia tem seu lugar próprio: “[...] lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.”<sup>72</sup> As táticas, por sua vez, não possuem um lugar próprio, mas: “[...] só tem por lugar o outro.”<sup>73</sup> Segundo o autor, essa categoria não teria um lugar próprio onde acumular seus efeitos. Sua maior forma de expressão seria no âmbito do cotidiano.

As formas ditas “populares” de cultura podem ser classificadas como táticas, pois se manifestam nas práticas do cotidiano, no círculo dos consumidores culturais. A partir dessa perspectiva, vemos que as táticas não possuem lugar específico de manifestar-se, mas se produzem no cotidiano. Por outro lado, temos as estratégias que se manifestam em seus lugares próprios, sendo institucionalizada e tendo onde capitalizar suas produções acumulativas de cunho normativo.

As estratégias supõem lugares e instituições, produzem objetos, normas, modelos, acumulam e capitalizam; as táticas, desprovidas de lugar próprio, sem controle sobre o tempo, são ‘maneiras de fazer’, ou melhor, maneiras ‘de fazer apesar de’. As formas ‘populares’ da cultura, das práticas do cotidiano aos consumos culturais, podem ser pensadas como práticas produtoras de sentidos possivelmente estranhos aqueles visados pelos produtores[...].<sup>74</sup>

Muitas práticas cotidianas, como são apontadas pelo próprio autor, são táticas, como: ler, falar, cozinhar. Essas táticas trazem, em seu meio, práticas criadoras de significados, não tendo seus lugares próprios de manifestar-se e sim no cotidiano. É chamado por Certeau como “[...] a arte do fraco”<sup>75</sup>. Se, por um lado, a estratégia é marcada por um impetrado de poder, as táticas são marcadas pela ausência de poder: a produção cultural entendida como tática é qualificada como consumo, é silenciosa, clandestina e desprovida de poder. A

---

<sup>71</sup>Ibid., p. 39.

<sup>72</sup>Ibid., p. 46.

<sup>73</sup>Ibid., p. 46.

<sup>74</sup>CHARTIER, R. *Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p. 154.

<sup>75</sup>CERTEAU, M. Op. cit., p. 101.

estratégia se manifesta principalmente nos meios de comunicação, são geralmente midiáticos, barulhentos e racionalizados; possui seu próprio lugar de expressão.

Os meios ditos populares de cultura, bem como suas práticas cotidianas e consumos culturais podem ser pensados como táticas, uma vez que são produtoras de sentidos que, na maioria das vezes, são estranhos aqueles visados pelos produtores. Ao articularmos o termo cultura popular, é interessante pensarmos em sua definição para Chartier. Segundo o autor, existem duas grandes vertentes de interpretação: a primeira, que busca abolir o etnocentrismo e entende a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, mas que não possui uma lógica própria conhecida; já a outra vertente ressalta as relações de dominação e percebe a cultura popular através de seus vazios e dependências da cultura erudita. O primeiro entende a cultura popular como um sistema fechado e independente, o segundo o define por sua ilegitimidade. Para Chartier, o conceito de apropriação rompe com essas definições, vistas por ele como ilusórias. Os bens simbólicos presentes em uma determinada sociedade são sempre objetos de lutas e disputas. Compreender a cultura popular é situar-se no espaço de embates, onde, de um lado, estão os mecanismos de dominação e, de outro, as lógicas específicas existentes nos empregos, nas formas de fazer presentes no cotidiano.

A produção cultural secundária (táticas) é: “A construção de frases próprias com vocabulário e uma sintaxe recebida”<sup>76</sup>. A produção cultural, que, no caso dessa ilustração seria o vocabulário, não indica de forma alguma de que maneiras serão produzidas as frases. Nesse caso, a capacidade de falar não pode ser resumida ao conhecimento da língua, mas a preocupação que se deve ter é com o processo de manipulação presente na construção de novas frases e que se diferem das intenções intrínsecas nas construções de vocabulários. A preocupação não está no produto final, e sim no processo de apropriação e nos embates que envolvem produção e consumo.

O principal exemplo desse binômio de produção e consumo é a leitura que De Certeau propõe ser o ponto de partida para pensar-se nas relações entre táticas e estratégias. Ainda segundo Certeau, esses termos produção e consumo podem ser substituídos por escrita e leitura, uma vez que a sociedade atualmente tem sido bombardeada pela leitura e informação. A leitura representa um belo exemplo de apropriação e produção de sentidos novos.

Alguns textos buscam se anular enquanto um discurso e impor aos seus leitores práticas individuais como comportamentos e condutas. A leitura já se encontra intrínseca em várias práticas do meio da cultura dita tradicional. Entre esse tipo de literatura podemos citar:

---

<sup>76</sup> Ibid., p. 40.

tratados de civilidade, livros de práticas, principalmente no meio das práticas religiosas onde em grande parte dos ritos se faz exigente o uso de elementos escritos, inclusive para leituras em voz alta. Nessa perspectiva, Chartier nos apresenta o conceito de apropriação, que, segundo ele, é fundamental para o estudo das práticas de leitura, pois aborda a leitura a partir de seu cerne criador e que está intrínseco dentro da própria recepção do texto. Nas palavras do autor:

Tal perspectiva não renuncia a identificar diferenças (e diferenças socialmente enraizadas) mas desloca o próprio lugar de sua identificação, dado que já não se trata de qualificar socialmente *corpus* tomados no seu todo (por exemplo, a literatura *de cordel*), mas de caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que circulam em determinada sociedade.<sup>77</sup>

É relevante esse conceito de apropriação, pois nos leva a apontar que aquilo inscrito no texto e que objetiva moldar algum tipo de comportamento não deve ser considerado totalmente eficaz. A prática que segue o viés inscrito nesse determinado texto nem sempre está de acordo com a vontade dos produtores do discurso: “As práticas que de deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas.”<sup>78</sup> A leitura bem como o que é produzido a partir dela não pode, de forma alguma, se reduzir ao texto. Há uma distância, muitas vezes, latente entre o texto produzido e o que o leitor produz a partir do texto. Remetendo-nos novamente a Michel de Certeau, lembramos a distinção que ele nos apresenta de táticas e estratégias: a produção propriamente dita e a produção secundária vinda do que os consumidores extraem de seus usos. A aceitação daquilo que é apresentado pelo texto vem carregada de novas formas de empregar, ou seja, apropriações.

É interessante fazer alusão ao exemplo do apartamento alugado. O texto entregue ao leitor se torna habitável, assim como um apartamento alugado. O apartamento é tomado como por empréstimo, o locatário efetua suas mudanças e mobília o apartamento com seus móveis, sem que o proprietário tenha controle sobre essas mudanças. Isso também ocorre com a leitura: o autor do texto não tem controle sobre suas produções, os leitores se apoderam na leitura desse texto e constroem novos sentidos distantes daqueles planejados pelos autores. Assim sendo, a leitura não é uma atividade passiva.

---

<sup>77</sup> CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, s.d, p. 136.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 136.

A leitura é um dos mais concretos exemplos de táticas, além do mais é um aspecto fundamental de consumo, pois traz consigo os traços de uma produção silenciosa. É o que De Certeau chama de uma “operação de caça”, na qual cada leitura modifica seu objeto, visto que o leitor inventa sobre o texto outro sentido que não é o mesmo pretendido pelo autor:

Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los<sup>79</sup>.

A leitura é uma operação de caça com efeitos silenciosos,

De fato, a atividade leitora apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera. Mas incapaz de fazer um estoque (salvo se escreve ou “registra”), o leitor não se garante contra o gasto do tempo (ele se esquece lendo e esquece o que já leu) a não ser pela compra do objeto (livro, imagem) que é apenas o *ersatz* (o resíduo ou a promessa) de instantes “perdidos” na leitura. Ele insinua as astúcias do prazer e de uma reapropriação no texto do outro: aí vai caçar, ali é transportado, ali se faz plural como os resíduos do corpo. [...] Faz das palavras as soluções de histórias mudas<sup>80</sup>.

As práticas de leitura, neste trabalho, são, em concordância com Certeau e Chartier, vistas como práticas criativas de sentido. Os leitores não são meros depósitos de informações, de condutas e ideias, mas, através do texto, os leitores criam suas próprias ideias. Um ótimo exemplo dessa apropriação inventiva da leitura é Menocchio, um moleiro perseguido pela inquisição que se diferenciava da maioria dos indivíduos de sua sociedade pela leitura que ele fazia. É importante ressaltar que, na obra de Ginzburg, a capacidade inventiva do leitor demonstrada em sua obra pela vida de Menocchio, criava sistemas bastante complexos diante das leituras que fazia. Segundo o autor Carlos Antônio Rojas, a obra *O queijo e os Vermes*, objetiva a “decifração dos principais códigos da cultura camponesa italiana europeia durante o longo século XVI. Mediante exame minucioso da singular visão de mundo do moleiro Menocchio [...].<sup>81</sup>” Ginzburg busca entender as conjunturas mais profundas da cultura subalterna, e a porta de entrada que ele usa para tal objetivo é a análise das ideias de Menocchio.

<sup>79</sup> CERTEAU, M. Op. cit., p. 270

<sup>80</sup> CERTEAU, M. Op. cit., p. 49

<sup>81</sup> ROJAS, Carlos Antonio A. Op. cit.

O personagem de Menocchio ressalta outro aspecto fundamental das práticas de leitura: a autonomia do leitor frente a um texto, tal autonomia é conexo com suas relações sociais e determina a sua relação com os textos. No caso de Menocchio, ele tecia críticas à sociedade em que vivia através de conclusões alcançadas por suas leituras.

Através da leitura, Menocchio atribuía até mesmo novos sentidos a sua existência. A leitura nunca é ingênua e neutra, o leitor sempre vai, por meio dela, produzir novos sentidos, como é ressaltado por Goulemot,

Ler é dar sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequencias. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, como algumas vezes se pretendeu [...]. Ler é, portanto, constituir e não reconstruir um sentido<sup>82</sup>.

Apesar de a leitura ser prática criadora de significados, faz surgir leituras de textos passados. A compreensão de textos não se dá de forma autônoma e isolada, mas se faz através da “biblioteca vivida”<sup>83</sup>. Vemos que formação de sentido acontece entre o meio social em que o leitor está inserido e as leituras anteriormente feitas por ele. Assim sendo:

O sentido nasce, em grande parte, tanto desse exterior cultural quanto do próprio texto e é bastante certo que seja de sentido já adquiridos que nasça o sentido a ser adquirido. [...] Reencontramos ao ler. Todo o saber anterior – saber fixado, institucionalizado, saber móvel, vestígios e migalhas – trabalha o texto oferecido a decifração<sup>84</sup>.

O leitor atribui sentido a partir de suas experiências sociais e intelectuais sentidas, às vezes, partilhadas, outras vezes, singulares dos textos dos quais se apropria. Esperamos que até aqui se consiga entender que o livro e a leitura são capazes de embasar e patrocinar inúmeras mudanças na sociedade. Por intermédio desse capítulo, buscamos demonstrar como a leitura na condição de prática criativa é capaz de trazer profundas mudanças na sociedade. O livro é encarado como obra de arte, fonte de inspiração religiosa e instrumento pedagógico. Porém, mais do que isso, a leitura é capaz – como foi no caso de Menocchio – de mudar a concepção que o indivíduo possui de si mesmo e transformar sua relação com a sociedade:

---

<sup>82</sup>GOULEMOT, J. M. Op. cit., p. 108.

<sup>83</sup>Ibid., p. 113.

<sup>84</sup>Ibid., p. 114.

A leitura é para a mente o que a música é para o espírito. A leitura desafia, capacita, encanta e enriquece. Pequenas marcas pretas sobre a folha branca ou caracteres na tela do computador pessoal são capazes de nos levar ao pranto, abrir nossa mente a novas ideias e entendimentos, inspirar, organizar nossa existência e nos conectar ao universo<sup>85</sup>.

No caso de Lutero, tentamos encontrar em suas leituras as bases para as novas ideias que ele formulou, principalmente com relação aos judeus, pois, em um intervalo de média de vinte anos, mudou completamente sua percepção com relação aos judeus. Analisando o contexto pelo qual ele passava e as leituras que ele fazia, tentamos buscar hipóteses para essa mudança. Partindo dessa problemática, vemos, através da história da leitura, que, durante os séculos XVI e XVII, a leitura era como um exercício espiritual e estava muito mais ligada à vida do que é hoje. Como já foi ressaltado por Chartier, atribuir à leitura o estatuto de prática criadora e perceber que a leitura não se finda no texto, é entender dois aspectos importantes: o leitor é produtor cultural, segundo a leitura que constrói; significado é uma articulação entre as maneiras individuais e coletivas de leitura e o contexto social pelo qual o leitor está inserido. Por isso, no próximo capítulo, analisaremos as questões políticas que envolviam Martin Lutero e os judeus.

Lutero fez parte do corpo eclesiástico da Igreja enquanto monge: ingressou nos Eremitas de Santo Agostinho de Erfurt, onde foi um monge muito cuidadoso. Em 1507, foi ordenado padre e, em 1512, conquistou o grau de doutor em Teologia. O ano de 1517 ficou marcado como sendo o da Reforma Protestante, quando Lutero redigiu as 95 teses com críticas à Igreja do período.

Após Lutero ter redigido as 95 teses, houve várias transformações que atingiram a sua vida. Em 1520, publicou três artigos importantes<sup>86</sup>: “A nobreza Cristã Alemã”; “O cativoiro babilônico da Igreja”; “Da liberdade do cristão”. Em 15 de junho desse mesmo ano, foi publicada a bula do papa Leão X que considerou as proposições de Lutero heréticas. A bula não excomungava Lutero, porém dava um prazo de sessenta dias para que ele se retratasse. Foi publicada sob os cuidados de Eck, um dos inimigos de Lutero.<sup>87</sup> A bula foi feita da seguinte maneira:

---

<sup>85</sup>FISCHER, S. R. Op. cit., p. 7.

<sup>86</sup>No primeiro, Lutero fala sobre o “sacerdócio universal”, no qual todos os batizados são sacerdotes e não só os leigos. Assim, questiona a hierarquia da Igreja. No segundo, Roma era acusada de tentar controlar os cristãos através dos sacramentos dos quais Lutero reconhecia apenas dois: Batismo e ceia, o terceiro, por sua vez, não possuía caráter polêmico. DELUMEAU, J. Op. cit., p. 228.

<sup>87</sup>Ibid., p. 176.

Em fevereiro de 1520, os doutores de colônia e de Louvain censuraram várias proposições extraídas das obras de Lutero, que os apodou de ‘espessos teólogos’. Essas condenações e os argumentos de Eck constituíram a substância da bula *Exsurge, domine*, pela qual Leão X declarou heréticas 41 fórmulas tiradas dos escritos do Agostinho. A menos que se submetesse, seu autor – que não era nomeado – seria excomungado sessenta dias após a publicação da bula.<sup>88</sup>

Após o breve distanciamento que ocorreu entre Lutero e a Igreja, com a publicação da bula, um fato concretizou, aumentou ainda mais o abismo que já vinha se formando e acelerou o processo de ruptura entre Lutero e a Igreja: A dieta de Worms<sup>89</sup>. Nessa Dieta, Lutero teria a oportunidade de retratar-se, nas palavras do autor Marc Lienhard:

Em vão o oficial que dirigia os debates, iria incitá-lo a abandonar sua consciência e a submeter-se às autoridades estabelecidas. Ao contrário, a proclamação de Lutero repercutida pelos testemunhos orais reproduzidos em panfletos veio a comover os espíritos. Uma pessoa tinha proclamado sua adesão á autoridade única da Palavra de Deus e relativizado publicamente todas as autoridades que pretendiam interpor-se entre Deus e a consciência de um crente.<sup>90</sup>

Passado o primeiro dia de reunião, Lutero pediu um tempo para refletir e, logo após, proferiu as palavras com as quais ele concretizava sua separação com a Igreja: “Retratar-me do que quer que seja, não posso nem quero [...] pois agir contra a própria consciência não é seguro nem honesto”<sup>91</sup>. Por Lutero não ter se retratado, perdeu seus privilégios, não poderia ser recebido por ninguém e poderia ser morto por qualquer um. Sendo assim, ficou sem proteção alguma. Por isso, o príncipe duque Frederico de Saxe, em apoio a Lutero, enviou seus cavaleiros para que fizessem a sua escolta até o castelo de Wartburg, onde permaneceu por um ano e começou a tradução do Novo Testamento para o Alemão. Após esse ano em Wartburg, voltou para Wittenberg.

É importante, nesse momento, atentarmos às leituras e respectivas apropriações feitas por Lutero. A primeira e uma das mais relevantes foi de Santo Agostinho, uma vez que Lutero era inicialmente um monge agostiniano. Podemos perceber semelhanças entre a doutrina pregada por ambos, por exemplo, a respeito da salvação do indivíduo. Santo Agostinho pregava da mesma forma como acreditava Lutero: a salvação pela graça, crença essa que veio a tomar formas mais maduras após a leitura do livro de Romanos.

<sup>88</sup>DELUMEAU, J. *Nascimento e afirmação da reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 92.

<sup>89</sup>Dieta: Assembléia, parlamento.

<sup>90</sup>LIENHARD, Marc. *Martin Lutero, tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 70.

<sup>91</sup>FEBVRE, L. Op. cit., p. 36.

Leu Lombardo. Segundo Jean Delumeau, ele seguiu a tradição escolástica e foi contra filósofos considerados perdidos, como Aristóteles. Para Lucien Febvre, Lutero lia principalmente o “Comentário às sentenças” de Gabriel Biel, um dos principais introdutores do Ockhamismo<sup>92</sup> na Alemanha. Porém, Lutero não concordava com todas as suas afirmações. Lutero leu também místicos, como Tauler, que, segundo Febvre, não entendeu muito bem e ainda: “[...] desnaturou seu pensamento sem escrúpulo algum. [...] dele se beneficiou livremente, sem se preocupar em saber se suas interpretações concordavam ou não, com a doutrina do discípulo de Eckhart.”<sup>93</sup>

Todas essas leituras foram relevantes, por mais que elas não tenham atuado diretamente na visão de Lutero sobre os judeus, mas todas contribuíram para a formação de seu pensamento, inclusive na constituição de sua opinião sobre os judeus, fato que estaremos analisando a seguir.

É de grande importância para Lutero o estudo da Carta aos Romanos. Carter Lindberg vê uma verdadeira transformação na teologia de Lutero, após ele ter estudado sobre esse livro, porque, que com essa leitura, Lutero descobriu a fé e, aos poucos, foi conhecendo um Deus que não o condenava. Lindberg aponta uma mudança que ocorre na teologia de Lutero, que seria a passagem de uma teologia da aliança e do contrato, para uma teologia do testamento no qual recebemos uma promessa incondicional.<sup>94</sup>

Encontramos, na perspectiva de Lutero a respeito das cartas paulinas, um fio condutor para essa pesquisa, pois, segundo vem sendo apontado por alguns pesquisadores, Lutero teria apresentado uma visão equivocada a respeito das ideias do Apóstolo Paulo, o que pode ter resultado em ideias antijudaicas. Segundo a visão tradicional das cartas paulinas, Paulo firmava uma posição antijudaica. Seus ensinamentos eram vistos como oposição ao judaísmo, perspectiva pautada por questões levantadas na Reforma. Seguindo esse viés de pensamento tradicional, Lutero teria rejeitado a Igreja por esta oferecer a salvação através das obras e do merecimento, assim como Paulo rejeitou o judaísmo por este oferecer a salvação pelos mesmos meios.

---

<sup>92</sup> Corrente cujo início é atribuído ao inglês Guilherme de Ockham (1295-1349). Essa teoria parte de um ceticismo parcial, e nega que o conhecimento seja objetivo, para ele o conhecimento não passa de conceitos subjetivos.

<sup>93</sup> FEBVRE, L. Op. cit., p. 60.

<sup>94</sup> Na sua obra “As Reformas da Europa”, o autor o Carter Lindberg define a teologia da aliança, onde acreditasse que se nos esforçarmos ao máximo para seguir os mandamentos de Deus e amá-lo, então Ele não nos negará a graça. Assim sendo, teríamos que agir por nós mesmos, como em uma aliança entre Deus e os homens. Os teólogos na Idade Média pregavam que Deus quer ter uma aliança com os indivíduos, como em um contrato para serem parceiros na criação e na Salvação. Já na Teologia do Testamento recebemos gratuitamente a promessa as Salvação e de maneira incondicional como por testamento.

Um novo viés de pensamento vem se estabelecendo. James D. G. Dunn<sup>95</sup>, compartilhando dessa nova perspectiva, defende que Lutero tenha feito uma interpretação errônea a respeito de Paulo. Segundo o autor, Paulo não era contra a prática das obras da lei como caminho para a salvação, mas sim por separar judeus e gentios. O judaísmo do primeiro século vem sendo percebido enquanto religião da graça. Paulo não combatia as obras da lei por ser uma prática legalista, mas sim por serem identificadores culturais de Israel, o que estabelecia distinção entre judeus e gentios. Dentro da interpretação tradicional, as obras da lei sempre eram vistas de forma negativa e Paulo usava a expressão “obras da lei” para se referir aos atos de obediência à lei de Moisés, que eram realizados para obter méritos diante de Deus. Porém, a nova perspectiva sobre Paulo tem mostrado que o cumprimento dos preceitos da lei não servia para entrar ou merecer estar na aliança com Deus, mas em forma de gratidão pela aliança de Deus com Israel. Além do mais, as leis eram encaradas como modelo de vida dentro da aliança. Na visão tradicional, de viés protestante, Paulo se opunha às obras da lei, pois estas eram vistas como boas obras para ganhar salvação.

Como base para a continuação desta pesquisa, serão utilizado quatro textos como fontes para a pesquisa, dois textos que já foram citados, um escrito de 1522, intitulado “Que Jesus é um judeu nato”. Nele, Lutero defende os judeus e ressalta o caráter judaico de Cristo. Outro foi escrito 20 anos depois, em 1542, “Sobre os judeus e suas Mentiras”. Nesse texto, Lutero usa um tom completamente áspero para com os judeus. Ele aconselha as autoridades e pessoas comuns que destruam tudo o que tenha resquício de judaísmo: escolas, livros, casas. Segundo Lutero, os judeus formavam uma seita demoníaca. Esses dois primeiros textos servem de base para compreendermos tamanha mudança na forma de pensar. Outros dois textos utilizados como base fundamental para este trabalho é o prefácio à “Carta do Apóstolo Paulo aos Romanos<sup>96</sup>” e o prefácio à “Carta de Paulo a Gálatas<sup>97</sup>”. Nesses dois textos, no momento de análise das fontes, buscaremos encontrar, no bojo da leitura de Lutero das cartas paulinas, a interpretação que pode tê-lo levado a mudar sua forma de pensar sobre os judeus. Além do mais, sua interpretação de Paulo tem influenciado pregações e estudos teológicos e historiográficos até os dias atuais.

---

<sup>95</sup>DUNN, J.D.G. Op. cit.

<sup>96</sup> LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. *In*: \_\_\_\_\_. Obras Seleccionadas. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

<sup>97</sup>LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Gálatas. *In*: \_\_\_\_\_. Obras Seleccionadas. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

Este trabalho é relevante, pois através dele percebemos como as ideias de um personagem histórico como foi Lutero podem influenciar durante tantos anos. As consequências dos escritos de caráter antijudaicos de Lutero são incalculáveis. Esta pesquisa nos ajuda a entender como as práticas de leitura e os meios de difusão das ideias interferem nas relações sociais. A seguir, cabe-nos pensar no contexto político e social que envolveu a Reforma e como, de alguma forma, também interferiu nas ideias de Lutero em relação dos judeus.

## 2 CRISE RELIGIOSA NO PERÍODO DA REFORMA

A relação que Lutero estabeleceu com os judeus através de seus escritos é no mínimo intrigante. Pensar na evidente mudança de seu discurso com relação aos judeus, nos leva a uma série de discussões. O objeto principal deste trabalho é refletir, através das práticas de leitura, nas possíveis apropriações feitas por Lutero e que poderiam justificar sua mudança de perspectiva. Contudo, não podemos deixar de lado o contexto no qual Lutero estava inserido, levando em consideração seu posicionamento político, que também pode ter contribuído na construção de seu discurso. Neste capítulo vamos avaliar o posicionamento político de Lutero e para isso é necessário nos voltarmos para Reforma Protestante e seu desdobramento político.

Buscaremos aspectos importantes do contexto que envolveu a Reforma Protestante possibilitando, em parte, uma imersão no conturbado cenário político, religioso e social da Europa. O tempo que antecede a Reforma trouxe profundas mudanças na sociedade em vários segmentos: mudanças no sistema econômico, crises no sistema eclesiástico e transformações de âmbito social. É relevante levantarmos informações a respeito da situação dos judeus naquele período.

### 2.1 Contexto Social dos Judeus na Europa do século XVI

É importante entendermos como estava a situação dos judeus no fim da Idade Média e no período da Reforma. A condição dos judeus durante esse período era de muitas dificuldades, pois pesava sobre eles a perseguição e a marginalidade frente à sociedade. Até o século XII, os judeus viviam em boas condições, se comparado aos séculos seguintes, porém sua situação só se agravou. Maurice Kriegel afirma que no início da Idade Média os judeus conviviam com cristãos sem grandes tensões, porém, o século XII marca o declínio constante da relação dos judeus com o restante da população, que culmina na expulsão dos judeus de grande parte da Europa.<sup>98</sup>

À maioria dos infortúnios sofridos na sociedade a culpa recaía sobre os judeus, porém algumas acusações eram mais frequentes, e duas devem ser destacadas por terem sido muito usadas contra eles: usura e deicídio. A primeira é mais de âmbito econômico, na qual muitas vezes as questões serviram de pretexto para a clausura dos judeus e assim também para a

---

<sup>98</sup> KRIEGEL, Maurice. Judeus. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006, p.37.

tomada de seus bens. Kriegel aponta alguns fatores que contribuíram para a posição tomada frente aos judeus no âmbito da economia: o crescimento financeiro a partir do século XII, a progressiva necessidade de crédito e o fato dos judeus terem a oferta de crédito; esses fatores contribuíram para que fosse condenada ou apoiada a prática de empréstimos a juros. Um argumento utilizado para não apoiar a usura praticada por esse grupo social é o de que “os judeus esforçam-se por todos os meios para dar prejuízo aqueles no meio dos quais vivem, e é sua tradição cultural e religiosa – judaísmo – que os impele a essa intenção de prejudicar.”<sup>99</sup> A segunda acusação é de âmbito religioso e foi constantemente sustentada pelo discurso feito pela Igreja, que via os judeus como um mal que deveria ser abolido.

Sobre as acusações feitas contra os judeus Ginzburg aponta alguns motivos além daqueles já citados acima, como, por exemplo, no período em que a peste se alastrou pela Europa causando a morte de milhares de pessoas. A culpa sobre esse fato recaiu sobre os judeus, que foram acusados de envenenar os poços ou até mesmo convencer os cristãos, através do dinheiro, a também envenenar os poços. Segundo Carlo Ginzburg “As primeiras notícias de envenenamento das águas, logo seguida das acusações, prisões e fogueiras, começaram em Perigord na Quinta-feira Santa de 1321”.<sup>100</sup>

Através da leitura feita de *História Noturna*, podemos perceber a presença de outros personagens envolvidos, entre eles o leproso. Uma das denúncias contra os judeus era de terem um complô com os leprosos. Em várias crônicas escritas no período de perseguição, ambos aparecem como parceiros em alguma conspiração. Ginzburg nos apresenta um exemplo bem claro para percebermos como os judeus e os leprosos eram representados como estando trabalhando juntos para prejudicar a população cristã. Trata-se de uma confissão apresentada a Felipe V: nela, um dos chefes leprosos declara ter sido corrompido com dinheiro por um judeu, o qual lhe entregara veneno para ser espalhado nas fontes e nos poços. Os ingredientes eram sangue humano, urina, três ervas indefinidas, hóstia consagrada – tudo desidratado reduzido a pó e colocado em saquinhos providos de pesos para fazê-los ir mais facilmente ao fundo.<sup>101</sup>

É interessante notar que na confissão citada acima aparece também o elemento religioso: a hóstia consagrada, que foi um dos elementos utilizados para fazer o veneno, fator que agrava a acusação, pois além de tentar envenenar os poços, ainda profanou um elemento considerado sagrado.

<sup>99</sup> KRIEGEL, Maurice. Judeus. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006, p.40.

<sup>100</sup> GINZBURG, Carlo. *História noturna: Decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 46.

Ainda sobre os judeus e leprosos, é muito conveniente citar um cronista anônimo que aparece em *História Noturna*, ao falar do extermínio de alguns leprosos ele trata esse ocorrido como sendo rotineiro e o menciona com a mesma naturalidade como fala de alguns acontecimentos meteorológicos. No livro vemos o que segue: “Em fevereiro de 1321, lê-se numa crônica do mosteiro de Santo Estéfano de Condom, caiu enorme quantidade de neve. Foram exterminados os leprosos. Antes que se chegasse a Quaresma, tornou a cair muita neve; depois veio uma grande chuva”.<sup>102</sup>

Em algumas acusações judeus e leprosos apareciam juntos, porém para os judeus a pena era sempre mais dura com relação a que era aplicada aos leprosos: “[...] leprosos mortos e vivos recebiam absolvição dos perseguidores. Para os judeus, ao contrário tudo estava a ponto de recomeçar”.<sup>103</sup>

Na mesma obra, anteriormente citada, Ginzburg analisa alguns documentos para falar sobre as perseguições e acusações contra os judeus. Cita processos movidos durante a Inquisição, também bulas e algumas cartas. Entre esses documentos, um especificamente nos chama a atenção, pois nele contém acusações contra os judeus e que vale serem destacados. Esse documento é uma bula escrita por Alexandre V e dirigida ao franciscano Ponce Fougeyron; nela segundo o autor Ginzburg, estão presentes “[...] crenças e práticas de tipo mágico, tentativas de propaganda subterrânea a favor do judaísmo, tentativas de justificar os empréstimos com juros.”<sup>104</sup>

Ainda na obra citada acima, Ginzburg nos passa uma definição muito interessante sobre a repulsa aos judeus. Segundo ele, esse grupo, e também os leprosos, vivem uma situação dúbia, pois são vistos como os responsáveis pela morte de Jesus Cristo, porém foi através deles que Deus resolveu se manifestar. Sendo assim, sobre os judeus e também os leprosos, Carlo Ginzburg afirma que:

Tudo isso colocava leprosos e judeus numa zona situada ao mesmo tempo no interior da sociedade cristã. Mas, entre o final do século XIII e o princípio do século XIV, a marginalidade transformou-se em segregação. Em toda a Europa, surgiram pouco a pouco os guetos; no começo, eram desejados pelas próprias comunidades judaicas para defender-se das incursões hostis<sup>105</sup>.

Na tentativa de excluir os judeus do convívio com o restante da sociedade, foram tomadas algumas medidas contra eles, inclusive a criação dos guetos que a princípio foi uma

---

<sup>102</sup> Ibid., p. 43.

<sup>103</sup> Ibid., p.67

<sup>104</sup> Ibid., p.75.

<sup>105</sup> Ibid., p.50.

opção até preferida pelos judeus, uma vez que era uma forma deles se unirem para tentar manter sua cultura e identidade. Logo se percebeu que os guetos não colaboravam muito na exclusão dos judeus uma vez que durante o dia eles continuavam a conviver com o restante da população.

Vendo que os guetos não eram eficazes na completa exclusão dos judeus, então outra alternativa adotada em muitas regiões na Europa naquele momento foi a completa expulsão dos judeus dos territórios. Podemos citar o exemplo de algumas regiões: os judeus foram expulsos da Inglaterra no ano de 1290, da França em 1394, de Portugal em 1407, da Espanha em 1492 e de diversas cidades da Alemanha no decorrer dos séculos XIII á XV.<sup>106</sup> No Império Romano Germânico, onde eles sendo considerados servos do imperador, usufruíam de certa proteção, foram também expulsos de várias cidades, sendo que as únicas grandes cidades que os aceitavam, no momento de Lutero, eram: Worms, Frankfurt e Praga <sup>107</sup>. As tentativas de isolar os judeus se fortalecem por volta dos séculos XII e XIII e após o IV Concílio de Latrão.

Mesmo após a formação dos guetos e as ondas de expulsão, os judeus continuavam a ser vistos como ameaça, por isso o medo que havia de sua “ameaça” continuava presente do imaginário dos indivíduos. Por isso foi adotada uma terceira alternativa na tentativa de extinguir essa ameaça: a conversão dos judeus através do batismo.

Sobre essa alternativa, Jean Delumeau afirma que para os cristãos:

Existia contudo um meio de arrancar os descendentes de judas ao domínio de Satã: Convertê-los. Os mais zelosos homens da Igreja basearam grandes esperanças nessa medicação ligada a uma vitrine mágica atribuída ao batismo. A água batismal expulsava o demônio da alma do judeu, que de súbito deixava de causar medo e tornava-se inofensivo.<sup>108</sup>

No momento em que surge essa terceira opção, de converter os judeus, estes são obrigados a ouvir sermões para aprender sobre os sacramentos da Igreja, pois o batismo feito após aprenderem sobre a Igreja é mais apropriado. Após a conversão os judeus eram batizados, lembrando que eram batizados sob ameaça. Todos aqueles que não eram convertidos, ou seja, batizados, deveriam ser expulsos de seu território, era isso mesmo que ocorria, e a sua expulsão era justificada pelo fato deles representarem um perigo aos judeus convertidos. Deveriam ser expulsos “[...] afim de que não contaminemos cristãos e não

<sup>106</sup> DELUMEAU, Jean. *A História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.301

<sup>107</sup> LIENHARD, Marc. *Martin Lutero, tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 226

<sup>108</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit., p.296

incitem os novos convertidos a voltar a seus antigos erros [...]” além também de “[...] proteger os cristãos da magia negra dos judeus; não fazer passar o santo sacramento diante do olhar irônico de seus inimigos [...]”<sup>109</sup>,

Muitos judeus foram batizados e a princípio deixaram de ser uma ameaça, contudo com as conversões foram aparecendo judeus vistos em uma nova forma ameaçadora – os convertidos. Os judeus batizados ouviam os sermões, pois eram ameaçados, e por esse mesmo motivo se batizavam, entretanto, nessa concepção se tornavam novamente uma ameaça, pois após o batismo a maioria deles voltava às suas práticas antigas, ou então voltavam a praticar alguns poucos costumes como, por exemplo, não comerem a carne do porco. Para exemplificar podemos citar o caso da Espanha, onde milhares de judeus se converteram ao cristianismo, mas ainda assim eram suspeitos de terem sido infiéis em sua conversão, e suspeitos também de praticar clandestinamente sua antiga religião. Por isso, em 1478 o Papa permite que o rei chame novamente a Inquisição para perseguir “judeus secretos”. (HAUGHT, 2003). Quando os judeus já convertidos começam a ser perseguidos essa hostilidade dirigida a eles passa do âmbito religioso para também o racial.

Após essas considerações feitas sobre o anti-judaísmo podemos então, segundo o autor Jean Delumeau, dividir o anti-judaísmo europeu no período discutido nesse trabalho em duas formas de pensamento: A primeira veio quando se pensava que poderia, ao converter um judeu, apagar simultaneamente todo resquício de religião judaica; mas ao perceber a incapacidade do batismo nessa questão, entra uma nova forma de pensamento no qual o judeu mesmo batizado é hostilizado; nesse momento o antijudaísmo toma formas mais radicais, e são tomadas medidas mais práticas, porém é importante ressaltar que mesmo nesse momento o anti-judaísmo não deixou de ter sua fundamentação teológica do período. Nas palavras do autor:

Na história Cristã do antijudaísmo europeu, podem-se distinguir duas faces e também duas mentalidades. Em um primeiro momento considerou-se que o batismo apagava no convertido todas as taras do povo deicida. Mais tarde, na prática colocou-se em dúvida essa virtude do batismo e considerou-se que o judeu conservava, mesmo tornando-se cristão, a herança dos pecados de Israel. Nesse momento o antijudaísmo tornava-se racial, sem deixar de ser teológico<sup>110</sup>.

<sup>109</sup> DELUMEAU, J. Op. cit., p.298.

<sup>110</sup> DELUMEAU, J. Op. cit., p.452.

Podemos ainda acrescentar que: “Antes do século XIV, tinha havido antijudaísmos: locais, diversos, e espontâneos. Em seguida, eles deram lugar progressivamente a um antijudaísmo unificado, teorizado, generalizado, clericalizado.”<sup>111</sup>

Pontuam-se duas principais acusações contra os judeus, que já foram citadas, acusação de usura e de deicídio. Porém apontar apenas essas duas causas para a hostilidade contra os judeus durante todo o longo período seria simplificar toda a ideologia complexa que foi implantada naquele momento histórico sobre um grupo social. Algumas outras acusações também podem ser percebidas em alguns momentos como, por exemplo, matar crianças em rituais, e hostilizar elementos sagrados: hóstia e vinho.

O temor dos judeus era algo que ia além de fatos palpáveis; situava-se também no campo ideológico dos indivíduos daquela sociedade, principalmente no imaginário; vários fatores contribuíram para esse fato, como por exemplo, quando a peste negra se alastrou pela Europa os judeus foram acusados de envenenar os poços. Podemos perceber nesse fato a junção de um acontecimento que se deve a uma doença contagiosa, a um discurso que já vinha sendo feito e divulgado incansavelmente pelas autoridades religiosas do período.

É importante pensarmos como que essas acusações circulavam dentro da sociedade. As notícias das denúncias sobre os judeus circulavam rápido demais para serem divulgados apenas pelas classes baixas da sociedade, uma vez que naquele período as notícias circulavam de pessoa para pessoa, e o mais rápido a que se poderia andar era de cavalo; esse fato prova que as acusações eram formuladas pelas autoridades, pois circulavam rápido demais.

Levando em consideração que as notícias que alimentavam a hostilidade contra os judeus eram incentivadas pelas autoridades e também por muito outros indivíduos, temos que questionar qual seria o verdadeiro motivo dessa hostilidade.

As acusações mais frequentes, já se sabe, eram de usura, deicídio, matar crianças em rituais. Mas analisando o período através de leituras podemos perceber que essas acusações muitas vezes serviram apenas de pretexto para expulsar judeus, isolá-los, ou apropriar-se de todos os seus bens.

## **2.2 Apontamentos explicativos sobre o anti-judaísmo**

Maurice Kriegel afirma que esse modelo de antijudaísmo - por ele chamado de “Antissemitismo Medieval” - substitui o modelo de perseguição mais antigo, e se caracteriza

---

<sup>111</sup> Ibid., p.309.

pelo fato de derivar de um “conjunto de representações cuja propagação é encorajada pelo poder eclesiástico, e de políticas que ele prescreve: tal conjunto ao mesmo tempo as difunde e contesta”.<sup>112</sup>

Algumas hipóteses podem ser apontadas para entendermos o motivo para tamanha rejeição e medo dos judeus. O antijudaísmo na Idade Média e no período da Reforma teve dois componentes que se uniram para que esse fenômeno de rejeição tomasse proporções tão amplas. Um dos elementos foi a hostilidade vinda da sociedade enquanto coletividade, contra um grupo social que era minoria. Esse elemento foi decisivo para que o antijudaísmo fosse tão radical. Esse medo por parte da população pode ser comprovada através dos *pogroms*, onde muitos judeus foram exterminados.

Jean Delumeau ao falar da repulsa da população para com os judeus expressa não só como a população imaginava os judeus, mas também qual era a imagem que circulava na sociedade sobre esse grupo: “Usurários ferozes, sanguessugas dos pobres, envenenadores das águas bebidas pelos cristãos: assim os imaginavam frequentemente os burgueses e o povo miúdo urbano no final da Idade Média.”<sup>113</sup>

Esse era, segundo Delumeau, o que a população dava como motivo para o seu ódio aos judeus, mas podemos perceber, e o próprio autor também afirma, que na verdade o ódio aos judeus é a justificativa para um estranhamento que ocorre. O medo do judeu pode ser encarado como o medo do “outro”, do desconhecido e diferente; nas palavras do autor os judeus [...] “são a própria imagem do “outro”, do estrangeiro incompreensível e obstinado em uma religião [...]”.<sup>114</sup> A repulsa aos judeus era também pelo fato de sua descendência ser diferente, mas também principalmente pelo fato de sua religião não ser a cristã, e por eles não seguirem os ritos e costumes da Igreja Católica.

O medo do desconhecido trouxe várias consequências para os judeus, mas os cristãos tinham um verdadeiro estranhamento quando se tratava de pessoas que não seguiam a religião dominante no período, que era a do cristianismo dentro da Igreja Católica. Carlo Ginzburg também nos apresenta um dos motivos para o medo dos judeus e que coincide com o que estamos tratando: o temor aos judeus era “[...] o temor suscitado pelo mundo desconhecido e ameaçador que existia além dos limites da cristandade. Todo evento inquietante ou incompreensível era atribuído às maquinações dos infiéis.”<sup>115</sup>

<sup>112</sup> KRIEGEL, Maurice. Judeus. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006, p.37

<sup>113</sup> DELUMEAU, J. Op. cit., p.279.

<sup>114</sup> Ibid., p.279.

<sup>115</sup> GINZBURG, Carlo. Op. cit., p. 65.

Pelo fato dos judeus serem diferentes do restante da população cristã, para os fatos que aconteciam e que não tinham explicação, culpava-se os judeus, como por exemplo, na peste: como não se tinha ideia que a peste era somente uma doença a única explicação que encontraram para esse fato foi que os judeus estavam envenenando os poços.

Um segundo motivo que pode ser apontado, além desse de estranhamento mostrado acima e que é expresso pela população, é a inveja de âmbito econômico. Essa questão econômica muitas vezes deu lugar á acusações de âmbito religioso no qual estas serviram apenas de pretexto para a primeira, ou seja, acusações religiosas serviram muitas vezes apenas de pretexto para que fossem tomados os bens dos judeus, estes que eram acusados de fazer empréstimos a juros muito altos. Alguns exemplos de hostilidade por causa de fatores financeiros valem apenas serem destacados: na Inglaterra e na França a expulsão se deu principalmente por problemas na tesouraria real desses dois territórios, sendo que as comunidades judaicas eram consideradas como “esponjas de dinheiro”.<sup>116</sup>

Tanto o fator do estranhamento quanto a questão econômica podem ser consideradas como derivadas do primeiro fator citado anteriormente, o fator da hostilidade vinda da coletividade, lembrando que estamos explicando ainda sobre um dos dois elementos que compuseram as características desse fenômeno de rejeição.

Um segundo elemento foi o medo vindo da parte dos agentes doutrinários que viam o judeu como um mal absoluto. O discurso religioso do período alimentava na população esse ódio aos judeus, sendo que uma das acusações mais utilizadas contra eles era de que eles usavam dos elementos sagrados, principalmente a hóstia, para fazer suas poções utilizadas para envenenar os poços, e não só isso, mas, hostilizar a hóstia.

A justificativa encontrada pela Igreja para explicar a motivação dos judeus em profanar elementos considerados sagrados era que eles são uma “Nação deicida, os judeus continuam a querer matar Jesus. É por isso que transpassam as hóstias e espalham no chão o Santo líquido do Cálice.”<sup>117</sup>. A Igreja coloca a atitude dos judeus de terem matado Jesus, e a profanação de seus elementos sagrados, lado a lado.

No decorrer da primeira parte do livro já citado, *História Noturna*, Ginzburg, em vários momentos, destaca as acusações mais utilizadas para incriminar os judeus, porém elas já foram mencionadas nesse trabalho, então o que é importante agora é pensarmos que na grande maioria das acusações podemos perceber elementos religiosos, por exemplo, como nas acusações de serem responsáveis pela morte de Cristo, também hostilizar elementos sagrados,

---

<sup>116</sup> DELUMEAU, J. Op. cit., p.280.

<sup>117</sup> Ibid., 293

além de praticar bruxaria, invocar o demônio, e por fim fazer propaganda do judaísmo; em síntese, o que houve foi uma verdadeira demonização da figura dos judeus por parte da Igreja.

Em parte, as atitudes tomadas pela população contra os judeus podem ser consideradas como sendo a expressão prática da teoria que era aprendida dentro da Igreja e constantemente repetida pela Igreja; Jean Delumeau define o discurso feito pela Igreja como sendo “[...] um verdadeiro ‘racismo religioso’[...]”.<sup>118</sup>

As acusações contra os judeus presentes não só no discurso religioso implantou no imaginário popular uma imagem deturpada dos judeus, no qual esses deveriam então ser excluídos do convívio com o restante das pessoas:

[...] o temor aos judeus – verdadeiro “racismo religioso” – experimentado pela Igreja militante entre os séculos XIV e XVII, numa psicose de um cerco pouco comparável, não só exacerbou, generalizou os sentimentos hostis em relação aos judeus das coletividades locais, mas ainda provocou fenômenos de rejeição que, sem essa incitação ideológica, sem dúvida não se teriam produzido.<sup>119</sup>

Nesse trecho podemos ver com bastante evidência a importância do discurso ideológico religioso na criação do estereótipo do judeu como um mal, podemos considerar que o judeu foi visto como uma das possíveis manifestações do diabo graças à forte incitação.

O antijudaísmo não foi algo local ou pouco divulgado, foi um fenômeno de grandes proporções, ou seja, não eram somente as Igrejas locais que se viam em perigo, mas sim toda a cristandade se via ameaçada pelo perigo dos judeus que eram tidos como um grupo que integrava “Os agentes de Satã” na terra.

Um apontamento que é interessante de ser feito é que: “Antes do século XIV, tinha havido antijudaísmos: locais, diversos e espontâneos. Em seguida eles deram lugar progressivamente a um antijudaísmo unificado, teorizado, generalizado, clericalizado.”<sup>120</sup>

O judeu foi um personagem que esteve presente no imaginário popular no fim da Idade Média e também na Moderna, e posteriormente resgatada pelo nazismo, com uma imagem deturpada, visto como um mal presente na sociedade. Podemos perceber que a ideia do judeu como algo ruim foi uma noção fabricada, pois não tinha nenhum dado concreto que pudesse recriminar o judeu. Todo o antijudaísmo do período estudado nesse trabalho não pode ser justificado simplesmente pela religião, mas as atitudes de exclusão dos judeus possuíam um lado que se situava no campo do imaginário, o qual pressupunha que tudo o que os judeus

<sup>118</sup> Ibid., p.278.

<sup>119</sup> Ibid., p.278

<sup>120</sup> Ibid., p.309.

faziam era considerado como portador de uma essência maligna. Jean Delumeau aponta que os judeus eram considerados *agentes de satã*. Segundo a crença que circulava na Idade Média e início da Moderna todos os pertencentes a esse grupo, não agiam de forma racional, nem de maneira bondosa, uma vez que eram possuidores de algo inexplicável que está ligado a eles e que os conduzia a fazer o mal independentemente das consequências; o mal chega ao mundo através dos judeus, sendo assim, eles são os *agentes de satã* na terra, a verdadeira personificação do mal, o retrato da maldade sobre a terra. Essa é a justificativa dada para o motivo de todas as ‘maldades’ cometidas por esse grupo social naquele contexto.

Podemos concluir que os judeus formavam um grupo social que durante a Idade Média e no período da Reforma foram motivo de grande inquietação na sociedade, e que o discurso religioso foi o principal elemento formador da imagem sobre eles construída e deturpada. Sobre eles pesavam algumas acusações tanto de âmbito econômico quanto religioso e isso trouxe graves consequências para eles.

Os judeus e suas crenças foram fortemente combatidos pela Igreja, por isso é interessante pensarmos como que Martin Lutero via esses judeus, pois Lutero também foi um grande motivo de inquietação e preocupação para a Igreja quando se revelou contra esta, e promoveu o que ficou conhecido como Reforma Protestante.

### **2.3 Contexto Político e Religioso no Período da Reforma**

O cenário religioso que foi construído durante a Idade Média estava abalado, a vida eclesiástica sofria um declínio e a sociedade passava por inúmeras mudanças que colaboraram para minar a conjuntura religiosa, essas mudanças traziam novas condições de vida. Entre essas novas condições podemos citar: o nascimento das nações modernas e o sentimento de nacionalismo; a descrença com relação à hierarquia da Igreja; o humanismo da Renascença; a crise do sistema feudal e o surgimento das monarquias; o nascimento de uma nova classe: os burgueses.

Um dos fenômenos políticos mais importantes desse período foi o nascimento das nações modernas e o crescimento do sentimento nacionalista, pois marca a transição do feudalismo medieval para as Monarquias centralizadoras do período Moderno. A Alemanha da qual devemos dar mais atenção por ser considerado o berço da Reforma Protestante possuía uma estrutura política delicada, não tinha unidade política era um conjunto de estados com cerca de oito a dez príncipes e apesar de sua divisão política estava envolto a dois tipos de nacionalismo:

O primeiro destes era o crescimento do sentimento nacionalista, mesmo além e apesar de suas fronteiras feudais. O segundo era a criação de nações independentes – Suíça, Holanda, Boemia – que derivaram do que tradicionalmente fora chamado Alemanha. Em ambos os casos, o nacionalismo era uma crescente característica entre um povo que anteriormente havia considerado a si mesmo como próprio coração do Santo Império Romano<sup>121</sup>.

No início do século XVI a Europa começa a encontrar sua definição política e territorial. O ideal de unidade europeia submetido a um imperador é paulatinamente substituído por uma relação de poderes abandonando a noção de um só império. Gradativamente foram surgindo vários Estados soberanos nos quais muitas reivindicações conflitavam e se sobressaiam com os interesses da Igreja. Por isso podemos afirmar que o nacionalismo minou significativamente a autoridade hierárquica da Igreja.

Além de questões políticas e territoriais o próprio estilo de vida levado pelos clérigos contribuiu para a perda de credibilidade da Igreja. Os últimos anos do século XIV marcam a transição do auge da vida eclesiástica medieval para o seu declínio, o principal colapso que podemos observar nesse período estava em um essencial símbolo de segurança: a igreja (LINDBERG, 2001). Justo L. Gonzalez aponta três acontecimentos que colaboraram para a decadência da autoridade da Igreja: “Estes três eventos foram a mudança para Avignon, o Grande Cisma Ocidental e a captura do papado pelo espírito da Renascença Italiana. Cada um desses estágios foi acompanhado por uma grande necessidade financeira<sup>122</sup>.” A exploração financeira crescia na mesma medida em que os papas requeriam amplos recursos. Sem ter de onde levantar esses recursos elaboravam um sistema cada vez mais amplo de taxaço.

Além de abusos financeiros o Cisma do Ocidente também foi fator importante para abalar a estrutura cristã medieval. Durante um longo período do século XIV o papado permaneceu em Avignon e serviu aos interesses da Coroa francesa. Sua estadia em Avignon requeria muito recurso monetário para sustentar um padrão de vida luxuoso com construções de palácios e monumentos, por isso a taxaço eclesiástica se tornava cada vez maior, menos justificável e mais insustentável colocando a Igreja suscetível a acusação de simonia, denegrindo a própria imagem e abalando sua hierarquia: “ As consequências do papado em Avignon foram funestas para o cristianismo de fala latina – ou seja, de toda a cristandade

---

<sup>121</sup> GONZALEZ, J. L. *Uma história do pensamento cristão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p.15.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p.17.

ocidental”.<sup>123</sup> Os gastos com esse modo de vida recaía sobre os fiéis, e a Igreja criava cada vez mais mecanismos de exploração financeira:

O poeta Francisco Petrarco (1304-74), que vivera na cidade e nas cercanias de Avignon, descreveu a luxúria e a mundanidade da corte papal como ‘esgoto do mundo’. Uma mentalidade burocrática e o materialismo toldavam a visão espiritual do papado. Ao invés de responder às críticas filosóficas, teológicas e literárias dirigidas contra si, o papado desenvolveu mecanismos administrativos cada vez mais eficientes para coletar mais e mais impostos, misturar seus milhares de páginas de documentos referentes a benefícios eclesiásticos, indulgências e política e administrar sua rede de padroado.<sup>124</sup>

A visível degeneração da imagem do papado em Avignon trouxe vários apelos para que voltassem à Roma. O regresso do papado a Roma no século XIV e a morte de Gregório VI deixando a sede pontifícia vaga aumentaram as incertezas e tensões que já existiam. Os romanos se manifestavam a favor de que o papa eleito agora fosse romano ou ao menos italiano, e que a sede papal permanecesse em Roma. Os cardeais elegem Bartolomeo Prignano (Urbano VI), não era nem romano nem francês, além de ter pouca experiência com assuntos oficiais. Logo após ele ser entronado como papa, os cardeais concluíram que houve um erro e que ele não era apto para o cargo então estabeleceram seu próprio processo eleitoral e através desse processo elegeram o cardeal Roberto de Genebra (Clemente VII). Urbano VI não aceitou a solicitação de renúncia, pelo contrário, excomungou Clemente VII que do outro lado também excomungou Urbano VI. Essa lamentável situação de um papa excomungando outro se estendeu por vários anos e este impasse fez com que a autoridade do papado ficasse extremamente frágil.

Nesse momento a Europa se dividiu em dois polos, cada lado apoiando um pontífice. O único meio de colocar fim a esse impasse seria algum dos pontífices renunciando, contudo essa não era uma opção considerada por nenhum dos lados. No início do século XV alguns cardeais na tentativa de acabar com essa crise convocaram um concílio e nessa reunião os dois papas foram depostos e foi eleito outro papa: Alexandre V. Nesse momento o que era para ser solução apenas agravou ainda mais o problema, pois nenhum dos outros dois papas aceitaram abdicar, então agora eram três papas. O concílio de Constança (1414-1418) veio para devolver a unidade Cristã, essa reunião estabeleceu através de decreto que o concílio ficaria acima da autoridade papal e decidiu também que os três papas deveriam ser depostos e em 1417 foi eleito um novo papa: Martinho V colocando fim ao grande cisma.

<sup>123</sup> Ibid., p.54.

<sup>124</sup> LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001, p.59

O cisma do ocidente somada a várias guerras e a peste aumentava ainda mais os medos e incertezas vivenciados nesse período. Nesse momento da História era inconcebível separar questões do cotidiano e a religião: catástrofes naturais como a fome e a peste, mudanças sociais e a incerteza religiosa proveniente do cisma e da corrupção da Igreja eram percebidas como parte integrante: a vida das pessoas estava intensamente ligada, qualquer acontecimento que provocasse certa mudança era relacionado a questões religiosas, por exemplo, a fome e a peste que assolaram a Europa, e mudanças sociais: em todos esses acontecimentos a população sentia a ampla necessidade de proteção divina cuja Igreja seria a mantenedora dessa proteção:

A crise dos símbolos de segurança não surgiu de uma causa imediata ou de um acontecimento em particular, mas foi crescendo a partir de um acúmulo de eventos e desdobramentos, alguns deles positivos e outros negativos. Esta combinação de desdobramentos causou a erosão da confiança e da segurança na visão medieval de uma comunidade política cristã, o *corpus Christianum*, e seu garante, a Igreja.<sup>125</sup>

Além de mudanças políticas e crise no sistema religioso a fome e as doenças faziam parte desse contexto. A demanda por alimentos era maior do que a produção graças a uma série de safras ruins devido a catástrofes naturais. Com a queda na agricultura a população muito enfraquecida pela fome se torna suscetível às doenças. A principal epidemia foi a peste bubônica que era transmitida principalmente através da pulga dos ratos. Estima-se que a peste tenha dizimado um terço da população europeia:

É difícil para nós, hoje em dia, dar-nos conta do profundo impacto pessoal e social que a peste teve sobre aqueles que sobreviveram a ela. A peste era um desastre inexplicável e repentino. As pessoas desconheciam sua proveniência e sua razão. Ela podia derrubar uma pessoa sadia em questão de dias, ou, em sua versão septicêmica – na qual o bacilo entrava na corrente sanguínea –, numa questão de horas.<sup>126</sup>

A propagação dessa doença foi facilitada pelo aumento das navegações, pois os barcos acabavam por vezes servindo de transporte para ratos infectados pela doença. Atualmente sabemos as causas dessa doença, contudo, naquele período por falta de uma explicação científica para essa doença causadora de tantas mortes ela era entendida como fruto da ira divina, castigo de Deus para uma humanidade pecaminosa. A peste negra também foi atribuída aos judeus que teriam supostamente envenenado poços de onde cristãos tiravam

---

<sup>125</sup> Ibid., p.39.

<sup>126</sup> Ibid., p.42

sua água, dessa forma a peste contribuiu para aumentar as tensões entre cristãos e judeus. Por conta de a peste ter ganhado esse aspecto religioso os fiéis buscavam proteção nos santos aumentando as peregrinações e o culto às relíquias:

Os ricos partiam para os lugares tradicionais de peregrinação: Terra Santa, Roma, Compostela. Os pobres acudiam a santuários mais próximos, cuja eficácia era considerada grande, mesmo que não igual à dos três lugares mencionados. Da mesma forma aumentou o culto às relíquias, que fora abrindo caminho através de toda a Idade Média.<sup>127</sup>

As mudanças de âmbito político, a crise no sistema feudal e no sistema religioso e os problemas causados por epidemias religiosas atingiram grande parte da Europa, contudo, é oportuno pensarmos na região em que Lutero viveu. O território da Alemanha durante o período da Reforma era bem diferente do que está hoje, estava longe de ser bem consolidado. A Alemanha era uma região sem unidade política: um conjunto de estados soberanos sob 1 imperador com cerca de 8 a 10 príncipes e várias cidades autônomas. Os habitantes daquela região não se encontravam agrupados sob a tutela de um Estado firme unificado, não havia apenas um rei na Alemanha como em outras regiões.

Os príncipes tinham certa dominação com relação ao imperador, pois tinham como única missão cuidar de sua própria terra e muitos príncipes buscavam concentração política e territorial. Contudo o território que atualmente é conhecido como Alemanha, bem definida política e territorialmente naquele período se constituía de várias regiões governadas por príncipes e várias cidades autônomas.

## **2.4 Lutero e seu posicionamento político**

Através de uma abordagem cronológica da Reforma Protestante buscaremos entender como o posicionamento político de Lutero pode ter influenciado na sua forma de pensar sobre os judeus, analisando dessa forma uma das possíveis hipóteses a serem estudadas na tentativa de entender a relação de Lutero com os judeus. O primeiro escrito de Lutero sobre os judeus que temos como fonte para essa pesquisa foi redigido em 1523: “Que Jesus Cristo nasceu judeu”; o segundo escrito é de 1543: “Sobre os judeus e suas mentiras”, a seguir vamos nos atentar aos fatos que ocorreram com respeito à Reforma nesse período de tempo.

---

<sup>127</sup> GONZALEZ, J. L. Op. cit., p.13

Como ponto de partida, retomamos ao ano de 1517 quando Lutero redigiu as 95 teses e deu o primeiro passo rumo ao que ficou conhecido como a Reforma Protestante. É importante ressaltar que em outras ocasiões já houve tentativas de reforma dentro da própria Igreja, Lutero não foi o primeiro a propor uma reforma, porém o que disse e escreveu teve grande repercussão tanto no meio erudito, quanto no meio popular. Lutero não buscava uma ruptura com a Igreja, mas nos anos seguintes de 1517 ele se viu forçado a tomar decisões que cada vez mais alargaram o espaço entre ele e a Igreja. Lutero nem imaginava as repercussões e consequências que suas atitudes teriam uma vez que “[...] quem lança o grito nunca sabe que ecos sua voz despertara.<sup>128</sup>”, mas o eco da voz indignada de Lutero foi muito grande:

Em poucos dias, porém, as 95 teses, reimpressas, traduzidas em língua alemã, difundida em todos os círculos, traziam até o monge, para sua imensa surpresa, o eco de uma voz cujo tom e vigor perturbaram-no profundamente. A voz de uma Alemanha inquieta, surdamente palpitante de paixões mal contidas, que esperava apenas um sinal, um homem, para revelar em público seus secretos anseios.<sup>129</sup>

Um fato que deu grande impulso para que ele redigisse as 95 teses foi a venda de indulgências. Os pregadores de Wittenberg vendiam indulgências para a construção da Basílica de São Pedro em Roma. Indulgência nada mais é que o perdão, assim sendo, a Igreja vende aos fiéis à remissão dos pecados, assim como também tira pessoas mortas do purgatório, porém Lutero via essa atitude por parte da Igreja como abusiva uma vez que ele cria que só a fé poderia salvar.

Em 1517 Lutero afirma publicamente através das 95 teses o quanto sua posição doutrinal difere da doutrina pregada pela Igreja do período. As teses de Lutero foram impressas e se espalharam rapidamente sem seu consentimento, a partir da divulgação das 95 teses Lutero se afastava cada vez mais da instituição. As teses de Lutero tiveram uma rápida divulgação, foram encaminhadas a Roma para serem estudadas e então foi instaurado um processo para investigar as afirmativas de Lutero. Um ano mais tarde desses acontecimentos, em agosto de 1518, Lutero é chamado para comparecer em Roma com um prazo de dois meses, nesse mesmo tempo Lutero tem acesso a um panfleto redigido contra ele por uma das pessoas que estava responsável de julgá-lo em Roma, esse fato traz até ele a dúvida sobre a justiça do julgamento. As tentativas de diálogos estabelecidos entre Lutero e as autoridades

---

<sup>128</sup> FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p. 116

<sup>129</sup> *Ibid.*, p.116

religiosas foram fracassadas. Lutero estava sendo protegido pelo príncipe Frederico o Sábio que se recusou a entregá-lo a Roma.

No início de 1519 morre o Imperador Maximiliano então o papado volta sua atenções para a eleição de um novo Imperador, os problemas com Lutero ficam em segundo plano. Durante esse período em que Lutero foi posto de lado ele não se calou, foram realizados vários debates. No fim desse mesmo ano a questão de Lutero é retomada e ele passa a sofrer várias acusações.

Em 1520 a relação de Lutero com a Igreja se deteriora ainda mais com a publicação da Bula *Exsurge domine* em resposta as 95 teses de Lutero. Essa bula exigia a retratação de Lutero sob pena de ser excomungado. Essa bula condenava as proposições de Lutero classificando-as de heréticas e causadoras de escândalos. Em seguida no ano de 1521 Lutero comparece a dieta de Worms onde é interrogado se ele era realmente o autor das obras que carregavam o seu nome e se ele se retrataria de suas afirmações, a resposta foi positiva para o primeiro questionamento e negativa para o segundo. O resultado dessa dieta foi o banimento de Lutero do Império e a ordem para destruição de todas as suas obras e qualquer sinal de heresia. Nesse mesmo ano Roma promulga a bula que excomungava Lutero. De acordo com a tradição jurídica do período as instituições do Império deveriam não só acatar como executar as decisões da Igreja, ou seja, por ter sido excomungado da Igreja Lutero deveria ser banido do Império. O príncipe Frederico o Sábio escolta Lutero até o Castelo de Wartburgo onde ele poderia ficar em segurança.

Por ter sido banido do Império Lutero não deveria ser recebido por ninguém poderia ser morto por qualquer um, ou entregue a Roma, por isso nesse momento Lutero necessitava muito de proteção. Após se concretizar sua ruptura com Roma a situação de Lutero se encontrava da seguinte maneira:

Exilado do Império, Lutero não devia ser recebido por ninguém. Reconhecido, podia ser morto não importa por quem, ou pelo menos entregue a justiça. Mas precisamente antes de o edito ter sido publicado, alguns cavaleiros enviados por Frederico o Sábio apoderaram-se do reformador que se afastava de Worms e conduziram-no sob escolta ao castelo de Wartburgo<sup>130</sup>.

A relação que Lutero estabeleceu com os príncipes a partir da sua ruptura com Roma é importante, pois pode nos ajudar a compreender seu posicionamento frente aos judeus. Com

---

<sup>130</sup> DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989, p.98.

seu exílio e a conseqüente necessidade de proteção Lutero pode ter se sentido pressionado a alinhar seu discurso com o discurso das autoridades políticas, assuntos inclusive no que se refere aos judeus. Como já vimos nesse capítulo os judeus era um grupo maldito perante as autoridades. No escrito de Lutero de 1543 ele usa um tom de hostilidade contra os judeus, podemos notar alguns pontos em conformidade com o discurso das autoridades:

Por mais horríveis que sejam os conselhos de Lutero, é preciso constatar, não obstante, que nada contém além do que muitos de seus contemporâneos exigiam, do que reis, príncipes-eleitores, duques, príncipes e cidades já não tivessem feito.<sup>131</sup>

Além de questões políticas, outras hipóteses são levantadas a respeito do posicionamento de Lutero frente aos judeus e que nos cabe apenas mencionar. Outra hipótese que tem sido levantada freqüentemente é com relação à conversão dos judeus:

Uma explicação freqüentemente proposta estima que Lutero teria ficado decepcionado por causa da raridade de conversões dos judeus. Ele teria pensado que o aparecimento do evangelho puro, no âmbito da Reforma, haveria de conquistá-los em massa.<sup>132,,</sup>

Ainda sobre a expectativa de conversão dos judeus podemos acrescentar que:

Durante algum tempo, Lutero havia esperado conquistar um certo número de judeus para o cristianismo. Os judeus haviam exprimido, por meio de alguns de seus representantes, a expectativa de que Lutero e eles próprios fossem se unir de novo. Isso teria inaugurado a era messiânica e, por conseguinte, o fim do sofrimento de Israel. Ambas as esperanças revelam-se ilusórias. As expectativas frustradas transformaram o clima em ódio. Não foi senão parcialmente, em algumas pessoas, que a Reforma luterana acarretou uma nova atitude com relação ao judaísmo.<sup>133</sup>

Como vemos nos trechos acima Lutero esperava que após a Reforma com o aparecimento o Evangelho puro ele pudesse atrair judeus. Marc Lienhard<sup>134</sup> coloca essa hipótese como insuficiente apesar de ter um pouco de verdade.

Vemos que várias questões corroboraram para a construção e transformação na forma de Lutero pensar os judeus. Questões de âmbito político no que se refere ao posicionamento

<sup>131</sup> JUNGHANS, H. Op. cit., p.111

<sup>132</sup> LINDBERG, C. Op. cit., p. 233

<sup>133</sup> Ibid., p. 233

<sup>134</sup> LIENHARD, M. *Martin Lutero: tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

político que Lutero adotou após sua ruptura com Roma também podem ter contribuído para a construção de seu pensamento, é importante levantarmos questões a respeito de seu contexto apesar do próprio Lutero não ter deixado isso muito explícito em seus escritos. Questões teológicas como a perspectiva de conversão de judeus como foi elucidado no parágrafo acima. Por fim, vamos abordar as possíveis apropriações que Lutero fez das cartas do Apóstolo Paulo e buscaremos entender como essas apropriações pode ter contribuído para a transformação na maneira de Lutero pensar os judeus, essa análise será elaborada no capítulo seguinte.

### 3 ANÁLISE DAS FONTES: LUTERO E OS JUDEUS

Esse terceiro capítulo consiste na análise das fontes selecionadas para esta pesquisa que tratam da relação de Lutero e os judeus. As fontes se constituem de textos produzidos pelo próprio Lutero onde ele exprime opiniões completamente diferentes sobre os judeus. Podemos destacar os dois principais textos que tratam do assunto: o primeiro escrito foi produzido em 1523, tem como título “Que Jesus Cristo nasceu judeu”, e devemos ressaltar que temos acesso à tradução desse texto para o Inglês através de uma página eletrônica<sup>135</sup>. A segunda fonte que utilizamos é um texto que apresenta ideias contrárias ao primeiro, se intitula “Sobre os judeus e suas mentiras”, e texto nos é disponibilizado através de publicação<sup>136</sup>. Além desses dois textos, outras fontes que poderão nos auxiliar nessa pesquisa são: o “Comentário da Carta de Paulo aos Romanos”<sup>137</sup> e o “Comentário da Carta de Paulo aos Gálatas”<sup>138</sup>, ambos estão disponíveis através de publicações. No decorrer da pesquisa serão utilizados alguns outros textos produzidos por Lutero. Através da análise dessas fontes, vamos procurar entender as apropriações feitas por Lutero das cartas paulinas e verificar se, de alguma forma, essas apropriações contribuíram para a transformação no pensamento de Lutero. O debate instaurado nesse capítulo vai trazer um assunto em alta dentro do campo teológico e historiográfico: a nova perspectiva sobre Paulo.

#### 3.1 Os escritos de Lutero

É relevante contrapor alguns trechos dos dois textos que Lutero escreveu para termos a noção de como foi complexa sua forma de pensar sobre os judeus. No primeiro texto que Lutero escreve sobre os judeus seu discurso destoa do que circulava a respeito deles naquele período, pois ele expressou um tom amigável para com os judeus e defendia a possibilidade de convertê-los: “Portanto, vou citar a partir das Escrituras as razões que movem-me a acreditar que Cristo era um judeu nascido de uma virgem, eu talvez também possa ganhar alguns judeus para a fé Cristã.”<sup>139</sup> Mais adiante ele afirma que: “Espero que se lide de uma

<sup>135</sup>LUTERO, M. *That Jesus Christ was born a Jew*. Disponível em: <<http://www.ccjr.us/dialogika-resources/primary-texts-from-the-history-of-the-relationship/272-luther-1523>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

<sup>136</sup>LUTERO, M. *Dos judeus e suas mentiras*. Porto Alegre: Revisão, 1993.

<sup>137</sup>LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. In: \_\_\_\_\_. *Obras Selecionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

<sup>138</sup>LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Gálatas. In: \_\_\_\_\_. *Obras Selecionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

<sup>139</sup>LUTERO, M. *That Jesus Christ was born a Jew*. Disponível em: <<http://www.ccjr.us/dialogika-resources/primary-texts-from-the-history-of-the-relationship/272-luther-1523>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

maneira amável com os judeus e os instruem cuidadosamente na Sagrada Escritura, muitos deles se tornarão cristãos genuínos e voltarão para a fé de seus pais, os profetas e patriarcas.”<sup>140</sup>. Lutero defendia que os judeus deveriam ser tratados de forma amável e expressava a esperança de converter judeus: “Portanto eu gostaria de pedir e aconselhar que os tratem com cuidado e instrua-os a partir das Escrituras para que alguns deles possam se juntar a nós. Em vez disso estamos apenas tentando conduzi-los pela força caluniando-os[...]”<sup>141</sup>

Vinte anos mais tarde Lutero escreve outro texto com ideias completamente contrárias a esse primeiro texto. A seguir, podemos ler alguns trechos do texto escrito por Lutero em 1543. Lutero inicia esse texto dizendo que recebeu um escrito sobre uma conversa entre um judeu e um cristão no qual o judeu interpretou de outra forma as Escrituras. Diante disso, ele daria uma resposta, ou seja, com esse escrito ele buscava responder a forma que para ele era incorreta dos judeus interpretarem a Bíblia. No início do texto Lutero deixa claro qual tem sido sua perspectiva acerca dos judeus: “Muito menos quero converter os judeus, coisa impossível e inútil.”<sup>142</sup>

Nos trechos seguintes Lutero expressa a respeito da ira de Deus contra o povo judeu: “Eu mesmo não sou judeu, mas sinceramente não gosto de pensar sobre a ira de Deus contra eles, pensamento que me assusta e me arrepia.”<sup>143</sup> Em seguida, Lutero afirma que, para fortalecer sua fé, devem falar dos judeus e não com os judeus e “[...] como os judeus na sua crença, cometem tolices, cheias de veneno, na interpretação das escrituras.”<sup>144</sup> Para completar, Lutero ainda chama as crenças e os ensinamentos judaicos de “ladainhas idiotas e insensatas”<sup>145</sup> e acrescenta que:

São eles grandes mentirosos, cachorros raivosos que desvirtuaram e falsificaram as Escrituras com suas calúnias e inverdades. Seu grande sonho é de um dia poder tratar de nós como outrora trataram os pagãos da Pérsia, no tempo de Ester. Ah, como gostam do livro de Ester!, tão ao gosto de seus instintos sanguinários, vingativos, sua ânsia assassina! Nunca o sol iluminou um povo tão sanguinário e vingativo, e ainda se julga o povo eleito de Deus!”<sup>146</sup>

Em alguns trechos de seu texto Lutero critica os judeus por não obedecerem às leis de Moisés: “Vangloriar-se abertamente das leis de Moisés, desrespeitadas abertamente pelo não

<sup>140</sup> Ibid.

<sup>141</sup> Ibid.

<sup>142</sup> LUTERO, M. *Dos judeus e suas mentiras*. Porto Alegre: Revisão, 1993. p. 8.

<sup>143</sup> Ibid., p. 8.

<sup>144</sup> Ibid., p. 9.

<sup>145</sup> Ibid., p. 9.

<sup>146</sup> Ibid., p. 11

cumprimento da lei da obediência, é condenável e o faz sete vezes mais indignos de ser o povo de Deus do que os pagãos o são”<sup>147</sup>.

Mais adiante afirma que:

Eles não perceberam que Deus tudo fez para que observassem seus Mandamentos para que fossem Seu povo e Sua igreja. Como eles se orgulham de sua estirpe e seu sangue, deviam também obedecer aos Mandamentos, mas a estes desprezam. Vangloriam-se da circuncisão, mas o motivo para o qual foi instituída – a observância das leis – a este desprezam. Enaltecem suas leis, o templo, seus cultos, cidades, terras e domínios, mas porque têm tudo isso, não o valorizam.<sup>148</sup>

Para falar da infidelidade dos judeus com relação ao cumprimento das leis das Escrituras Lutero cita em muitos momentos várias passagens do livro de Oséias, além de usar também argumentos baseados em sua interpretação do Apóstolo Paulo: “Como soube depois, eles chamaram a Cristo de TOLO, ou seja, um mercenário enforcado. Por isso não quero saber mais nada dos judeus. Como disse São Paulo: eles estão entregues à ira; quanto mais o ajudamos, mais obstinados se tornam. Que sejam!”<sup>149</sup>

Além de argumentos baseados em passagens bíblicas, Lutero reproduz o discurso presente no meio popular, acusações que já foram citadas nessa pesquisa:

Em histórias muitas vezes são acusados de envenenar poços, de roubar crianças e torturá-las, como em Trento e Weissensee (prática do sacrifício, como ritual religioso, ritualmord). E quando praticam algum bem, saiba que não é por amor ou para te beneficiar; o fazem para garantir um espaço entre nós.<sup>150</sup>

Lutero enumera alguns conselhos sobre como lidar com judeus: “primeiro devíamos incendiar suas sinagogas (ou escolas) e o que não queimar, devia ser soterrado definitivamente, para honra de Nosso Senhor e da cristandade,[...]”<sup>151</sup>. No decorrer do texto Lutero acrescenta alguns conselhos para lidar com os judeus:

Os judeus deviam ser reunidos sob um único teto, como numa estrebaria, igual aos ciganos, para que saibam que não são os dono da terra, mas prisioneiros, por suas mentiras e blasfêmias. Em seguida, deviam ser confiscados os seus livros de orações e o Talmud, pois só ensinam idolatria e mentiras. Depois, proibir por todos perderam o direito de pregar.<sup>152</sup>

---

<sup>147</sup> Ibid., p 13.

<sup>148</sup> Ibid., p.14.

<sup>149</sup> Ibid., p.15.

<sup>150</sup> Ibid., p.16

<sup>151</sup> Ibid., p. 21.

<sup>152</sup> Ibid., p.22

Através da exposição desses dois textos e a evidente contraposição de ambos podemos ter a noção da profundidade na transformação na forma de Lutero pensar sobre os judeus. A seguir buscaremos entender de que maneira a forma de Lutero se apropriar das Cartas do Apóstolo Paulo pode ter influenciado na construção de sua opinião a respeito dos judeus.

### 3.2 As apropriações feitas por Lutero

Quando analisamos a relação que Lutero estabeleceu com Paulo é importante, primeiramente, ressaltar a relevância que teve a leitura das cartas paulinas na vida e na teologia de Lutero. O tema da justificação pela fé tem sido considerado como centro da teologia de Paulo, assim como a descoberta dessa doutrina é colocado como centro da teologia de Lutero. A descoberta desse tema por Lutero tem consequências inimagináveis e, durante um longo período de tempo, a discussão sobre a justificação pela fé vem sendo pautada em questões levantadas ainda no período da Reforma.

O tema da culpa e da salvação preocupava profundamente Lutero, segundo sua crença e de acordo com que pregava a Igreja. No período a pessoa que quisesse ser aceita por Deus deveria tornar-se justa e a questão da justiça inquietava Lutero:

No convento, Lutero procurara ansiosamente perfazer sua salvação mediante o cumprimento de obras meritórias. Qual foi a recompensa por seu esforço? Um imenso desânimo; terríveis crises de desespero; e, aos poucos, a convicção, crescendo e enraizando-se, de que era vã qualquer luta, a cobiça revelando-se invencível, e o pecado, permanente.<sup>153</sup>

A descoberta da justificação pela fé trouxe nova luz para a fé de Lutero, pois ele concluiu que a justiça de Deus da qual Paulo se referia na Carta aos Romanos não implicava na ideia de que Deus é justo em si mesmo e, por isso, deveria castigar os pecadores. Lutero encontrou nessa justiça divina exposta por Paulo um Deus misericordioso que justifica os seres humanos mediante sua misericórdia e estes nada poderiam fazer para merecer sua justificação.

Eram muitos os debates acerca da justificação da qual Lutero participou. A partir do ano de 1535 as contendas se reiniciaram em Wittenberg e tinham como objeto a promoção de teólogos ao doutorado. Para que houvesse a ascensão, primeiro ocorria a discussão na qual Lutero formulava teses que deveriam ser defendidas pelos candidatos ao grau de doutor em teologia. Em seguida da defesa das teses, Lutero ainda dava respostas aos argumentos usados.

---

<sup>153</sup> FEBVRE, L. Op Cit.

Lutero já estava familiarizado com a prática de redigir teses, pois esta era um costume comum na formulação de suas ideias.

Para o debate de Heidelberg Lutero elaborou 40 teses onde podemos notar os primeiros traços de sua crença na justificação pela fé. Em alguns trechos defende que o gênero humano não deve se basear em suas obras para alcançar a justificação. Podemos ver esse argumentos em alguns trechos:

1. A lei de Deus, mui salutar doutrina da vida, não pode levar o ser humano à justiça; antes, o impede.
2. Muito menos podem levá-lo as obras dos seres humanos, muita vezes repetidas, como se diz, com o auxílio do ditame natural.
3. Ainda que sejam sempre belas e pareçam boas, as obras dos seres humanos são, ao que tudo indica, pecados mortais<sup>154</sup>

Nas teses seguintes, Lutero fala também a respeito do livre-arbítrio e como é tolice confiar nessa condição para alcançar a justiça de Deus:

13. Após a queda, o livre arbítrio é um mero título. Enquanto faz o que está em si, peca mortalmente.
15. O livre arbítrio tampouco pôde permanecer no estado de inocência pela potência ativa, mas sim pela subjetiva; menos ainda pôde progredir em direção ao bem.
16. O ser humano que crê querer chegar à graça fazendo o que está em si acrescenta pecado sobre pecado, de sorte que se torna duplamente réu.<sup>155</sup>

É importante ressaltar que na introdução dessas teses Lutero aponta suas referências para construção de suas ideias e cita o Apóstolo Paulo:

Desconfiando inteiramente de nós mesmos, em conformidade com aquele conselho do Espírito: “Não te fies em tua inteligência” [Pv 3.5], vimos humildemente oferecer ao julgamento de todos os que quiserem estar presentes os seguintes paradoxos teológicos, para que assim se evidencie se estão bem ou mal tomados do divino Paulo, vaso e órgão de Cristo escolhido por excelência, e ainda Sto. Agostinho, seu mui fiel intérprete.<sup>156</sup>

Nessas teses é possível notar os traços da crença na justificação baseada na interpretação de Paulo e vemos Lutero construindo suas crenças com base nas apropriações que fez das cartas paulinas. Além da justificação pela fé ter sua importância enquanto doutrina para a teologia do Lutero também pode ser considerada como “[...] expressão de uma

<sup>154</sup>LUTERO, M. Um sermão sobre a indulgência e a graça. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 1987. v. 1, p. 38

<sup>155</sup> Ibid., p. 38

<sup>156</sup> Ibid., p. 38

profunda experiência pessoal de Lutero.<sup>157</sup> A questão da ira e da justiça divina sempre foram temas que trouxeram inquietação para Lutero: a culpa e a condenação perturbaram sua mente até que, através da leitura de Paulo, descobriu a justificação pela fé quando “sentiu-se renascido e entrando no próprio paraíso. A partir de então toda escritura adquiriu um novo e libertador sentido. Tinha encontrado sua libertação pessoal e a chave hermenêutica para a compreensão das escrituras.”<sup>158</sup>

Temos que ter cautela ao pensar na questão da justificação pela fé da forma como foi exposta por Lutero. Podemos estar condicionados a pensar que para Lutero a fé era a única obra necessária para alcançar a salvação, contudo a fé não era uma obra nem uma força do pensamento humano. É algo que vem do Espírito Santo para o ser humano, ou seja, fé é a obra de Deus no homem. Temos essa questão explicada por Lutero no seguinte trecho:

27. Ora é certo que não podemos apropriar-nos da justiça de Cristo mediante nossas obras, por que isto está fora do nosso alcance e nos é estranho.  
 28. Mas a própria fé, que é infundida em nós pela pregação de Cristo mediante o Espírito, agarra a Cristo.  
 29. Por isso somente a fé justifica, sem obras nossas; pois não posso dizer: eu faço a Cristo ou a justiça de Cristo.<sup>159</sup>

A seguir temos a análise de alguns trechos do prefácio à “Carta de Paulo aos Romanos”, escrita por Lutero em 1546. Através da leitura desse prefácio torna-se evidente a importância que teve a leitura bíblica para Lutero, principalmente a do livro de Romanos e ele mesmo evidência essa importância em algumas passagens:

Essa epístola é, sem dúvida, o escrito mais importante do Novo Testamento e o mais puro evangelho. É digno e merecedor de que o Cristão não só o conheça de cor, palavra por palavra, mas também com ela se ocupe diariamente, como pão diário para a alma, pois ela jamais poderá ser lida ou contemplada em demasia.<sup>160</sup>

Segundo Martin Dreher, a leitura bíblica para Lutero: “lhe foi dádiva em meio à situação de busca desesperada por respostas.”<sup>161</sup> Falando sobre a leitura de Romanos, o autor ressalta que: “A resposta lhe veio a partir da Epístola aos Romanos e, aí, da palavra que diz a

<sup>157</sup> ALTMANN, W. A. Lutero e Libertação. São Paulo: Sinodal/Ática, 1994, p. 283

<sup>158</sup> Ibid., p. 284

<sup>159</sup> LUTERO, M. Debate a cerca da justificação. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2007. v. 3, p. 204

<sup>160</sup> LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8, p. 129.

<sup>161</sup> DREHER M. N. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8, p. 19

justificação por graça e fé. Tal palavra se tornou chave hermenêutica para leitura, compreensão e interpretação da Sagrada Escritura”<sup>162</sup>. O livro de Romanos tornou-se referência para Lutero a partir do qual ele interpretou os demais livros da bíblia. No final desse prefácio lemos o seguinte trecho:

Por isso também parece que, nessa epístola, s. Paulo quis fazer um resumo de toda a doutrina cristã e evangélica, bem como fornecer um acesso a todo o antigo testamento. Pois, sem dúvida quem tiver essa carta no coração, tem consigo a luz e a força do antigo testamento. Por isso familiarize-se cada cristão com ela e se exercite com ela constantemente. Para isso deus conceda sua graça. Amém.<sup>163</sup>

No primeiro momento, Lutero busca familiarizar o leitor com o vocabulário presente na Epístola aos Romanos. Lutero destaca algumas palavras-chaves para se compreender o que Paulo pretendia dizer na sua Carta aos Romanos, essas palavras são: lei, pecado, graça, fé, justiça, carne, espírito.

Sobre lei, Lutero faz uma diferenciação entre obras da lei e cumprimento da lei que, segundo ele, são coisas totalmente diferentes. Obras da lei são todas as coisas que uma pessoa pode fazer com a lei e que parta de sua própria vontade, contudo, nesse caso, permanecem com o coração indisposto, pois as obras praticadas nessa condição são, para Lutero, desperdício e inutilidade. Cumprir a lei é ter integridade no cumprimento da lei, é realizar conforme a vontade de Deus sem a repressão da lei. A disposição para cumprir a lei é fornecida pelo Espírito Santo através da fé: “Daí sucede que somente a fé justifica e cumpre a lei.”<sup>164</sup>

O próximo ponto ressaltado por Lutero é sobre o pecado:

Pecado significa na Escritura não somente a obra exterior do corpo, e sim, toda a atividade que se inquieta e movimenta ao se fazer a obra exterior, ou seja, o fundo do coração com todas as forças, de sorte que a palavrinha ‘fazer’ significa: a pessoa cai e anda inteiramente no pecado.<sup>165</sup>

Segundo ele, não há obra exterior do pecado sem que a pessoa participe integralmente, sem que esteja de corpo e alma, e esse pecado é resultante da falta de fé: “Portanto, assim como só a fé justifica e traz o espírito e a disposição para boas obras exteriores, da mesma

<sup>162</sup> Ibid., p. 19

<sup>163</sup> LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8, p. 141

<sup>164</sup> Ibid., p. 131.

<sup>165</sup> Ibid., p. 131

forma, é apenas a falta de fé que peca e induz a carne a más obras exteriores [...].”<sup>166</sup> Nesse trecho podemos notar um pequeno, porém muito importante, ponto para a doutrina da Reforma: só a fé justifica.

Em vários trechos dessa epístola vamos Lutero construindo sua noção de fé através da leitura de Paulo e juntamente com a elucidação do termo fé Lutero tece crítica a prática das obras:

Fé não é ilusão ou sonho humano que muitos acham que é. E quando veem que não acontece uma melhoria de vida nem boas obras e, ainda assim, muitos ouvem e falam da fé, caem no erro de dizer que a fé não é suficiente, que é preciso fazer obras, se é que se quer ficar justo e salvo.<sup>167</sup>

Sobre fé ele ainda acrescenta que : “Fé, entretanto, é uma obra divina em nós que nos modifica e nos faz renascer em Deus, [...]. Fé é uma confiança viva, inabalável na graça de Deus, tão certa de si que ela não se importaria de morrer mil vezes”.<sup>168</sup>

A seguir Lutero fala sobre justiça, que é o que vale perante Deus e é dado por Deus através de Cristo. Deus está disposto a dar a quem lhe pedir. Por fim, antes de começar a análise do livro de Romanos propriamente dita, Lutero fala a respeito da “carne e do espírito”.

Seguimos agora com a análise de Lutero. No primeiro capítulo segundo ele, Paulo começa reprimendo pela falta de fé e por pecados grosseiros. No segundo capítulo Paulo critica a todos os que “[...] exteriormente parecem retos, porém, pecam às ocultas. Tal como eram os judeus e continuam sendo todos os hipócritas que vivem sem vontade sem amor e no coração são inimigos da lei de Deus.”<sup>169</sup> Nos três primeiros capítulos Paulo fala sobre o pecado e ensina o caminho da justiça para a fé, no capítulo quatro Paulo “passa a responder a uma série de objeções e contestações.”<sup>170</sup> É importante ressaltarmos um trecho onde Lutero fala sobre a justificação. Paulo oferece um exemplo de sua doutrina da fé:

Em seguida, coloca esse exemplo em relação a todas as demais obras da lei e conclui que os judeus não podem ser os herdeiros de Abraão somente em virtude da consanguinidade, menos ainda, por causa das obras da lei. Na verdade, eles têm que herdar a fé de Abraão, se é que querem ser bons herdeiros, uma vez que Abraão foi justificado pela fé e chamado de pai de todos os crentes já antes da lei, tanto de Moisés como da circuncisão. Além disso a lei provoca muito mais ira do que graça uma vez que ninguém a

---

<sup>166</sup> Ibid., p. 132

<sup>167</sup> Ibid., p. 132

<sup>168</sup> Ibid., p. 133

<sup>169</sup> Ibid., p. 134

<sup>170</sup> Ibid., p. 135

cumprir com amor e vontade, de sorte que das obras da lei provém muito mais desgraça do que graça.<sup>171</sup>

A interpretação de Lutero coloca Paulo como sendo contra a lei. Segundo Lutero, Paulo conclui que onde a lei for bem entendida ela só serve para lembrar os fiéis de seu pecado e aumentar o sentimento de culpa perante Deus. É necessário algo que está acima da lei, que é superior a ela, para tornar uma pessoa justa. É considerado arrogante aquele que não compreendendo as leis acha que pode alcançar sua salvação através de boas obras.

Lutero segue o texto com a análise dos próximos capítulos do livro de Romanos. Outro ponto que podemos ressaltar na reflexão de Lutero é quando ele tece críticas ao papado. A interpretação tradicional da justificação pela fé tem como uma de suas bases o fato de Lutero ter criticado as autoridades religiosas do período e ter negado o catolicismo legalista do período assim como Paulo também teria se colocado contra a religião legalista da qual ele tinha contato no período. Podemos ler o trecho em que Lutero se apropria das ideias e críticas de Paulo e os traz para o contexto que ele vivia esse trecho esta presente na análise do ultimo capítulo da Carta de Paulo aos Romanos:

Ali, porém, entremeia uma nobre advertência contra doutrinadores humanos que, além da doutrina evangélica, introduzem outras e promovem escândalo. É como se ele tivesse previsto com toda precisão e certeza que de Roma e através dos romanos haveriam de vir as enganosas e irritantes determinações papais e todas essas cobras e lagartos de leis e mandamentos humanos que, agora, afogam o mundo inteiro e anulam esta epístola e toda a sagrada escritura junto com o espírito e a fé, a ponto de mais nada restar se não o ídolo do ventre, a cujos servidores s. Paulo repreende aqui. Deus nos livre deles. Amém.<sup>172</sup>

Lutero termina esse prefácio ressaltando a importância que a Carta de Paulo aos Romanos tem para toda a fé cristã. Vemos isso no trecho que já foi citado anteriormente nesse trabalho.

Podemos seguir agora com o debate do prefácio escrito por Lutero á Carta de Paulo aos Gálatas que foi escrita em 1546. Esse texto é bem menos extenso do que o prefácio á Carta de Paulo aos Romanos.

Esse texto é curto, porém muito rico em conteúdo, contém apenas cinco parágrafos. Nesse texto Lutero é bem explícito ao colocar as obras da lei em oposição ao Evangelho e a

---

<sup>171</sup> Ibid., p. 136

<sup>172</sup> Ibid., p. 140

fé, segundo ele Paulo havia levado aos Gálatas à autêntica fé cristã, contudo haviam mudado a cabeça dos Gálatas fazendo-os acreditar que poderiam ser salvos através das obras.

Os Gálatas tinham sido levados por S. Paulo à autêntica fé Cristã, da lei para o Evangelho. Mas, após a sua partida, vieram os falsos apóstolos, discípulos dos apóstolos autênticos e viraram a cabeça dos Gálatas, fazendo-os crer que teriam que se salvar-se pelas obras da lei e que estariam cometendo pecado, caso não observassem as obras da lei – o que, conforme At 15, também alegavam várias personalidades de projeção em Jerusalém.<sup>173</sup>

Sobre as prática das obras da lei, na interpretação de Lutero Paulo teria dito que: “a lei acarreta muito mais pecado e maldição do que justiça, a qual exclusivamente por graça foi prometida por Deus, cumprida por Cristo sem a lei, e dada a nós.”<sup>174</sup>

Feitas essas considerações, é importante ressaltamos que a leitura que Lutero fez de Paulo e as apropriações por ele produzidas são importantes não só pela influência que teve para as interpretações futuras, mas também para sua própria formação. Lutero tinha problemas em entender a relação entre pecado, graça, justiça e amor. Esses temas eram agonizantes para ele e a leitura de Romanos trouxe luz aos pensamentos dele. Justo L. Gonzalez nos transcreveu o trecho onde Lutero nos apresenta a descrição da experiência dessa leitura:

Eu fora, de fato, cativado com um ardor extraordinário por entender Paulo na Epístola aos Romanos. Mas até então, não foi o sangue frio sobre o coração, mas uma simples palavra do capítulo 1: “visto que a justiça de Deus se revela”, que ficou em meu caminho. Pois eu odiava a palavra “justiça e Deus”, que de acordo com o uso e costume de todos os meus mestres eu fora a ensinado a entender filosoficamente com respeito à justiça formal ou ativa, como eles a chamam, com a qual Deus é justo e pune o pecador injusto.

Embora vivesse como um monge sem reprovação, eu sentia que era um pecador diante de Deus, com uma consciência extremamente perturbada. Eu não podia acreditar que ele estava aplacado por minha pertinência. Eu não amava, sim, eu odiava o Deus justo que pune pecadores, e secretamente, se não de forma blasfema, certamente com grande murmuração, eu estava com raiva de Deus.

Afinal, pela misericórdia de Deus, meditando dia e noite, eu atentei para o contexto das palavras: “Visto que a justiça de Deus se revela, como está escrito, ‘o justo viverá pela fé’”. Lá eu comecei a entender que a justiça de Deus é aquela pela qual o justo vive por uma dádiva de Deus, a saber, pela fé. E este é o significado: a justiça de Deus é revelada pelo evangelho, a saber, a justiça passiva com a qual o Deus misericordioso nos justifica pela fé... Aqui eu senti que nasci totalmente de novo e entrei no próprio paraíso

<sup>173</sup> LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Gálatas. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8; p. 144

<sup>174</sup> *Ibid.*, p. 144

através de portões abertos. Lá, uma face totalmente nova de toda a Escritura se mostrou a mim.<sup>175</sup>

Lutero encontra em Romanos o centro de sua teologia: “A justificação pela fé é o nome comumente dado ao entendimento de Lutero da justificação. Ele é apropriado pois Lutero de fato afirma que a justificação vem somente pela fé”.<sup>176</sup>

### 3.3 A nova perspectiva sobre Paulo

A ênfase atribuída por Lutero ao tema da justificação trouxe consigo traços de antijudaísmo:

O lado negativo dessa ênfase foi um infeliz traço de antijudaísmo. O ensinamento de Paulo sobre a justificação foi visto como reação contra o judaísmo e oposição a ele. Como Lutero havia rejeitado uma igreja medieval que oferecia a Salvação pelo mérito e as boas obras, a mesma coisa era verdadeira, assim se opunha, para Paulo em relação ao judaísmo de seu tempo.<sup>177</sup>

Essa é a perspectiva da qual o judaísmo vem sendo entendido: como uma religião legalista que Paulo criticava, ao contrário do cristianismo uma religião da graça. Contudo, acerca de duas décadas vem surgindo estudos que apontam uma nova perspectiva sobre Paulo, essa nova perspectiva tem demonstrado que o judaísmo também pode ser interpretado como uma religião da graça e a obediência as leis seria em resposta como gratidão a graça recebida, assim obedecer as leis seria um meio de permanecer na aliança e não de entrar nela. Alguns autores como E. P. Sanders e J. Dunn defendem que o judaísmo foi uma religião da graça, esta que foi concedida ao povo através da aliança de Deus. Diante dessas afirmações, Lutero teria se equivocado na sua interpretação sobre Paulo e o fruto desse equivoco seria o antijudaísmo. Segundo essa nova perspectiva, o povo judeu cumpre a lei como resposta a aliança, ou seja, a prática das obras da lei era vistas como forma de resposta e sinal de fidelidade a aliança estabelecida com Deus. Não era forma de entrar na aliança. Inicialmente podemos destacar a contribuição de dois autores para a construção dessa nova perspectiva: E. P. Sanders, e James D. G. Dunn

<sup>175</sup> Lutero, apud. GONZALEZ, J. L. *Uma história do pensamento cristão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 33.

<sup>176</sup> *Ibid.*, p. 58

<sup>177</sup> DUNN, J. D. G. *Opi cit.*, p.389

Na interpretação de J. Dunn quando Paulo expõe a teologia da justificação pela fé ele se opõe às práticas das obras da lei.<sup>178</sup> A interpretação tradicional oriunda da Reforma a respeito desse posicionamento de Paulo coloca a prática das boas obras como meio de alcançar a justificação, para o autor:

A interpretação é perfeitamente compreensível, particularmente à luz de Rm 4,4-5, em que as ‘obras’ em questão (4,2) parecem ser explicadas como ‘realizar obras em vista de recompensa’ e são postas em antítese com ‘não realizar obras’, mas [simplesmente] crer.<sup>179</sup>

Podemos ter uma breve noção da visão tradicional sobre Paulo e a justificação. Para J. Dunn um estudo de alguns trechos-chaves das cartas paulinas pode deixar claro que Paulo estava reagindo a outro ensinamento ao falar do tema da justificação. Ao questionar contra o que Paulo estaria reagindo o autor nos apresenta a hipótese tradicional:

Paulo estava reagindo contra o ensinamento judaico típico de que a justificação aconteceria pela realização das obras – isto é, ele estava reagindo contra a afirmação judaica característica de que a aceitação de Deus tinha que ser conquistada mediante esforço pessoal de obter mérito pelo bom comportamento.<sup>180</sup>

Segundo a visão tradicional Paulo rejeita o judaísmo e a tentativa de usar a lei para alcançar a justiça, nessa perspectiva Paulo retrata o judaísmo como uma religião extremamente legalista. Como já foi mencionada anteriormente, essa interpretação tem sido dominante desde o período da Reforma. Lutero buscava respostas para as perturbações de sua mente e isso pode ter condicionado sua interpretação de Paulo. Podemos supor que Lutero viu o judaísmo do primeiro século através das lentes do catolicismo meritocrático que se fazia presente no período de Lutero. Essa conjuntura pode ter resultado no antijudaísmo de Lutero, pois ele entendeu Paulo em oposição ao judaísmo.

Ao investigar sobre o termo justiça de Deus o autor pressupõe que a justiça de Deus é um conceito relacional por essa razão tem sentido dentro de um relacionamento, uma aliança. Deus exerce justiça na ação salvadora para com seu povo nesse sentido: “a justiça de Deus se refere a ação justificadora.”<sup>181</sup> Nessa perspectiva, segundo o autor, a lei foi dada ao povo como expressão da aliança e a justiça esta presente nos termos desse relacionamento. A lei

<sup>178</sup> Segundo a explicação de James Dunn o termo ‘obras da lei’ se refere ao conjunto de práticas que a lei exigia do povo de Deus, ou seja, era a parte que deveria ser cumprida por Israel na aliança com Deus.

<sup>179</sup> DUNN, J. D. G. *Op cit.*, p.409

<sup>180</sup> DUNN, J. D. G. *A Nova Perspectiva sobre Paulo*. São Paulo: Academia Cristã, 2011

<sup>181</sup> *Ibid.*, p.30.

seria a conduta apropriada para estar nessa relação, ou seja, o cumprimento da lei não é critério para entrar na aliança, mas sim uma forma de demonstrar a permanência nela. Sanders define o judaísmo do primeiro século como nomismo de aliança:

O nomismo da aliança é a visão de que o lugar de uma pessoa no plano de Deus é estabelecido com base na aliança e que esta requer como resposta adequada do homem a sua obediência aos seus mandamentos, ao mesmo tempo em que fornece os meios de expiação das transgressões [...]. a obediência preserva a posição da pessoa na aliança, mas ela não faz ganhar a graça de Deus como tal [...]. Justiça é, no judaísmo, um termo que implica a preservação do status dentro do grupo dos eleitos.<sup>182</sup>

Podemos estabelecer uma linha de raciocínio para entendermos a explicação do argumento de J. Dunn. Na Carta de Paulo aos Gálatas: 2.16 temos a primeira vez que aparece o termo justificação. Como Paulo queria ser entendido ao dizer sobre o “ser justificado”? Dunn defende que a expressão “sendo justificado” é uma expressão judaica, nesse trecho de Gálatas Paulo está “apelando a sensibilidades judaicas, podemos até mesmo dizer, aos preconceitos judaicos[...].”<sup>183</sup>. O autor defende que a linguagem utilizada por Paulo é de quem tem consciência de ter sido eleito, separado por Deus. O autor expõe algumas expressões que demonstram que o conceito de justiça expresso por Paulo é algo inteiramente judaico.

A justificação não consiste na conclusão da aliança com o povo de Israel, mas, é o reconhecimento de que alguém está dentro da aliança e isso consiste em uma ação inicial, mas que é repetida por Deus e que chega a um final. Quando Paulo se refere ao ser justificado não pensa em um ato distintivamente iniciatório. Para elucidar essa teoria Dunn usa como referência Gálatas 2.16:

Por isso não é uma surpresa que a segunda referência ao ser justificado em 2.16 tenha uma implicação futura (“temos crido em Cristo Jesus para que possamos ser justificados [...]”) e que a terceira referência seja diretamente no futuro (“por obras da lei nenhuma carne será justificada”). Podemos mencionar também Gl 5.5, onde Paulo fala de “esperar a esperança da justiça”. Portanto em Paulo, “ser justificado” não pode ser tratado simplesmente como uma fórmula de entrada ou de iniciação; tampouco é possível extrair uma clara linha divisória entre o uso paulino e o uso tipicamente judaico no ambiente da aliança.<sup>184</sup>

<sup>182</sup> Sanders, 1991 apud DUNN, J. D. G. *A Nova Perspectiva sobre Paulo*. São Paulo: Academia Cristã, 2011; p. 216.

<sup>183</sup> Ibid., p. 166

<sup>184</sup> Ibid., p. 167

O autor também defende a ideia que ao falar da justificação Paulo está em concordância com o discurso judaico de que ela só é possível pela fé. Para o autor a justificação não é um ensinamento exclusivamente cristão. Segundo a linha de raciocínio estabelecida por James Dunn quando Paulo critica a noção de ser justificado por Obras da lei ele se refere às obras que são realizadas por obediência a lei da Aliança. Dunn defende essa concepção através da análise e apresentação do contexto histórico em que a Carta de Gálatas foi produzida.

Jerusalém e Antioquia passavam por dois problemas, um relacionado à circuncisão e outro com relação a pureza dos alimentos. Em Antioquia os gentios estavam sendo aceitos no meio dos judeus que aceitavam a Cristo, pois havia a concordância entre os principais apóstolos de que esses gentios não precisavam ser circuncidados para serem aceitos. Nessa região havia o costume de que todos que fossem batizados na fé em Jesus Cristo ofereciam uma refeição para ser compartilhada entre judeus e gentios. O problema surge quando se considera as leis com relação aos alimentos: leis com relação a pureza dos alimentos sobre a forma correta de se abater animais e sobre a regulamentação do dízimo. Diante disso e dos problemas que ocorriam em Jerusalém a respeito da circuncisão, Paulo responde com a rejeição a justificação mediante o cumprimento das obras da lei:

A resposta de Paulo a esses dois problemas é sua poderosa rejeição em considerar a justificação mediante as obras da Lei. Sua negação de que a justificação venha das obras da lei é, mais precisamente, a negação de que a justificação dependa da circuncisão ou de algumas observâncias dos tabus judaicos acerca da pureza e da alimentação. Por isso, podemos deduzir com boas razões que Paulo, ao usar “obras da lei”, queria que seus leitores pensassem em observâncias particulares da Lei, com, por exemplo, circuncisão e leis alimentícias.<sup>185</sup>

Os cumprimentos das Obras da lei, principalmente no que se refere à circuncisão, práticas alimentares e a prática de guardar o sábado acabaram se tornando muito característicos dos judeus, apesar de essas práticas não serem exclusivas dos judeus. Essas práticas passavam a ser consideradas como distintivas dos judeus como raça. Essas práticas “funcionavam como marcador de identidade, [...] Funcionavam como um crachá para membros da Aliança”<sup>186</sup>. O autor conclui que:

---

<sup>185</sup> Ibid., p. 168

<sup>186</sup> Ibid., p. 169

Disto, segue a conclusão segura de que Paulo, quando negava a possibilidade de “ser justificado pelas obras da Lei”, atacava precisamente esta autocompreensão judaica básica – a ideia de que o reconhecimento do *status* da aliança por Deus estava vinculado à, e até mesmo dependia da observância destas regulamentações particulares – a ideia de que o veredicto divino da absolvição depende de qualquer forma do fato de a pessoa ter declarado sua pertença ao povo da aliança ao abraçar os ritos distintivamente judaicos.<sup>187</sup>

O ponto importante que cabe ressaltar é que para a interpretação da Reforma as obras da lei receberam o mesmo sentido que boas obras e aqui se encontra o equívoco apontado por J. Dunn e refutado pela Nova perspectiva sobre Paulo. É importante deixarmos bem claro a diferenciação entre “obras da lei” e “boas obras”. Obras da lei têm um sentido bem claro até aqui: se refere às obras da aliança prescritas na lei mosaica. Boas obras como o próprio termo já revela trata de boas obras produzidas com o intuito de conquistar o favor divino. É oportuno contrapor as ideias de Lutero com as propostas pela Nova Perspectiva. No trecho abaixo vemos Lutero trazendo sua interpretação sobre “obras” e opondo fé e obras:

2. Pois Paulo opõe abertamente fé às obras, e tira das obras a justificação perante Deus e a destina a fé.
3. O ser humano é justificado a partir das obras, mas tem glória perante os seres humanos, não, porém perante Deus.
4. O ser humano é justificado pela fé perante Deus, ainda que junto do ser humano e em si mesmo encontre apenas ignomínia.<sup>188</sup>

Mais adiante Lutero ainda acrescenta que “32. Portanto, diz-se corretamente que somos justificados pela fé sem obras da lei. 33. Esse ser justificado inclui que somos considerados justos pela fé, ou seja, por causa de Cristo”<sup>189</sup>. Nesses trechos temos o exemplo da aplicação do termo “obras da lei” para Lutero. É válido lembrar que como foi ressaltada acima esse termo ganhou um sentido equivocado após a Reforma, o sentido de boas obras.

De acordo com autor, seguindo os argumentos de Paulo é possível notar que ele não necessariamente estabelece uma antítese entre a fé em Jesus Cristo e o nomismo de aliança. A fé em Jesus Cristo não implicará no judeu ter que abandonar a condição de ser judeu e todos os costumes que o caracterizam como tal. Paulo defendia que Cristo trouxe inclusão das pessoas no tempo do completo cumprimento dos propósitos da aliança, a aliança não deveria mais ser entendida como separador nacional ou racional: “Não há mais um privilégio

<sup>187</sup> Ibid., p. 172

<sup>188</sup> LUTERO, M. Debate a cerca da justificação. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2007. v. 3, p. 204

<sup>189</sup> Ibid., p. 202

exclusivamente judaico. Com isto, a aliança não é abandonada, antes, é ampliada na maneira como Deus tinha tencionado originalmente [...]”<sup>190</sup>. A aliança não deveria mais se caracterizar por questões estritamente judaicas como a circuncisão, o sábado ou as leis alimentares:

No entanto, preservar tais identificações significava ignorar a maneira como a aliança tinha começado e também o propósito que deveria cumprir no final. Continuar a insistir em tais obras da Lei significava ignorar o fator central para cristãos de que, com a vinda de Cristo, o propósito vinculado por Deus à aliança tinha alcançado seu estado final intencionado, no qual o marcador mais fundamental de identidade ( a fé de Abraão) reafirmava sua primazia sobre os marcadores de identidade muito estreitamente nacionalistas de circuncisão, leis alimentícias e sábado.<sup>191</sup>

É importante ressaltarmos aqui que, segundo a interpretação de Dunn, Paulo não tinha a intenção de colocar obras da lei e fé em oposição um do outro. A ideia que Paulo critica é a de que existiam algumas obras em particular que serviam de expressão necessária da fé. A questão principal que Paulo nega é o nacionalismo, a expressão racial presente em alguns atos que expressam a fé, pois, como já podemos constatar as obras da lei se tornaram meios de identificação judaicos. O maior problema para Dunn é essa contraposição entre a justificação pela fé e a justificação pelas práticas das obras da lei que Lutero entendeu através de seu contexto: baseada na rejeição que Lutero nutria pelo sistema de indulgências. Podemos apontar os equívocos que, segundo a Nova Perspectiva sobre Paulo ocorreu no período da Reforma:

Não obstante, ocorreu um erro hermenêutico ao retroprojetar esta antítese para o tempo do NT, ao assumir que o protesto de Paulo contra o judaísmo farisaico era justamente o mesmo protesto de Lutero na Igreja Pré-reformada. Em outras palavras, ocorreu um erro ao se entender que o judaísmo dos dias de Paulo era apenas legalista, um erro ao se entender que tal judaísmo promovia em seus ensinamentos o sistema de obtenção da salvação pelo mérito proveniente de boas obras, com pouco ou nenhum espaço para o perdão e a graça incondicionais de Deus[...].<sup>192</sup>

É importante ao falar sobre a Nova Perspectiva sobre Paulo que ele considerava a fé o único meio de alcançar a Salvação. E. P. Sanders nos apresenta as principais linhas de raciocínio de Paulo presentes na Carta de Paulo aos Gálatas:

<sup>190</sup> DUNN. J. D. G. *A Nova Perspectiva sobre Paulo*. São Paulo: Academia Cristã, 2011, p. 176

<sup>191</sup> *Ibid.*, p. 177

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 216

Paulo afirma ser a fé a única exigência para pertencer ao povo; seus adversários exigiam também a circuncisão e a aceitação da lei mosaica. Como veremos mais a fundo, adiante, na visão de Paulo o que está errado não é a prática da lei em si própria. A circuncisão é, sob certo aspecto, algo indiferente (Gl 6,15). Mas é completamente errada, quando transformada com requisito essencial para pertencer ao povo de Deus.<sup>193</sup>

Desse modo “os gentios não precisam aceitar a lei mosaica para entrarem no povo de Deus.”<sup>194</sup> Sanders apresenta uma nova linha de raciocínio sobre Paulo, onde Paulo demonstra que o plano divino não é de que a justificação do homem venha através das praticas das obras da lei. A visão que Paulo expõe sobre Deus impossibilita a justificação pelas obras da lei, mas sim através do sacrifício de Cristo. Gálatas 3 é argumento para afirmar que os gentios que ingressam no povo de Deus devem fazê-lo apenas baseado na fé e a lei não deve ser condição para admissão deles. Paulo coloca judeus e cristãos sob a condição de igualdade, assim, a crítica de Paulo a prática das obras da lei é por esta ser critério de separação entre cristãos e gentios.

Ao analisar o segundo capítulo da Carta de Paulo aos Romanos, Sanders demonstra que o tema básico desse capítulo assim como dos quatro primeiros capítulos dessa carta é a condição de igualdade entre judeus e gentios no que se refere à salvação: “A palavra ‘igualmente’ sublinha a igual oportunidade de acesso por parte dos gentios.”<sup>195</sup> Na perspectiva apontada por Sanders, Paulo estaria criticando o judaísmo de forma radical com foco em dois grandes eixos: “A falta de fé em Cristo e a falta de igualdade para os gentios.”<sup>196</sup> Paulo nega o privilégio dos judeus como povo eleito de Deus e esta negação torna a Igreja universal e coloca a fé em Cristo como único meio de alcança a salvação.

O tema da justificação foi muito importante para a formação da teologia de Lutero, por isso é muito importante que dediquemos certo espaço nessa pesquisa. Buscamos estabelecer relações entre as apropriações que Lutero produziu através de suas leituras de Paulo. Como vimos no primeiro capítulo dessa pesquisa a leitura é atividade criadora de sentidos e procuramos demonstrar nesse capítulo como a interpretação de Lutero pode ter tido relação com a construção de seu discurso sobre os judeus. Analisamos os principais textos onde Lutero fala sobre sua crença na justificação esta que foi uma doutrina construída basicamente em cima dos escritos paulinos. Segundo a Nova Perspectiva sobre Paulo, a colocação do tema da justificação como centro da doutrina cristã, bem como as apropriações e interpretações que

---

<sup>193</sup> SANDERS, E. P. *Paulo, a lei e o povo judeu*. São Paulo: paulinas, 1990, p. 33

<sup>194</sup> *Ibid.*, p.33

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 136

<sup>196</sup> *Ibid.*, p.171

Lutero e os demais teólogos subsequentes fizeram de Paulo trouxe fortes traços de antijudaísmo.

A discussão sobre a relação entre Lutero e os judeus não estaria completa se não passássemos pelo tema da justificação pela fé. Esse tema traz consigo a discussão da interpretação que Lutero fez de Paulo essa que é um debate relevante para a atualidade no meio historiográfico, por isso buscamos situá-lo dentro do campo de discussão a respeito da Nova Perspectiva sobre Paulo. Esperamos com este capítulo poder contribuir para a discussão que tem se estabelecido a respeito da Nova Perspectiva sobre Paulo e também contribuir para o tema da relação de Lutero e os judeus, este que é um tema pouco explorado dentro da historiografia.

## CONCLUSÃO

Lutero leu Paulo através das lentes de seu tempo e, entendendo a leitura como atividade criadora, podemos supor que as apropriações que Lutero produziu em suas leituras sobre Paulo podem ter como consequências ideias carregadas de aversão aos judeus. Contudo, o tom violento e hostil que Lutero exprime em 1546 ao falar sobre os judeus nos leva a questionar até que ponto suas apropriações podem ser responsáveis por tamanha hostilidade.

O que cabe destacar enquanto conclusão é o notável papel que leitura exerceu sobre Lutero. Esta trouxe esclarecimentos para as ideias conturbadas de Lutero a respeito de sua fé, além de servir como suporte para que ele construísse a doutrina da Reforma. Para pensarmos na influência que a leitura exerceu sobre Lutero, usamos como suporte metodológico a História da Leitura e aplicamos o conceito de apropriação para pensar como Lutero se recriou as ideias de Paulo através da leitura e usou essas apropriações para construção e modificação de seu discurso sobre os judeus.

Lutero leu e produziu em meio a um contexto conturbado, por isso chegar a uma única resposta sobre sua relação com os judeus é tarefa impossível. Lutero viveu em uma época de grandes agitações políticas e sociais, além de perturbações em seu próprio interior, a leitura trouxe certo alívio para suas inquietações. Durante as análises presentes nessa pesquisa, buscamos mostrar como Lutero construiu sua teologia da justificação, que é ponto importante de seu pensamento, pois é através dessa doutrina que tem sido levantado aspectos de antijudaísmo dentro da perspectiva de Lutero. Além de entender a respeito da construção de sua doutrina, podemos destacar outro ponto visível nessas análises: a importância da leitura bíblica para Lutero. Na leitura dos textos de Lutero está clara a importância da leitura da Bíblia para Lutero, tanto para construção de sua doutrina como para respostas às suas inquietações interiores.

Apontamos que a leitura atuou como força motriz dentro do movimento da Reforma, não somente fornecendo embasamento para a doutrina reformista, mas também como meio de difusão das ideias e propostas da Reforma. A leitura e a escrita foram determinantes dentro do processo de Reforma, vale destacar que de acordo como conta a tradição Lutero deu o primeiro passo em direção a Reforma Protestante quando redigiu e fixou as 95 teses na porta do castelo de Wittenderg, essas teses tiveram uma rápida difusão entre os leitores.

Buscamos mostrar também como o contexto político do período pode ter influenciado na construção do discurso de Lutero apesar dele não fazer referência direta a isso. Consideramos importante para a formação das ideias de um indivíduo sua formação

intelectual e, dentro disso, principalmente suas leituras. Podemos levar em consideração também o contexto no qual está inserido, pois é através das perspectivas que temos no presente que nos apropriamos de nossas leituras. Lutero após a Reforma ficou ao lado dos príncipes alemães e por isso precisou apoiá-los. Para as autoridades, inclusive para os príncipes, os judeus eram vistos como um mal, especialmente pelas intervenções e influências econômicas que representavam; por isso Lutero apoiando essa ideia teria – hipoteticamente – redigido o escrito “Sobre os judeus e suas mentiras”, onde os descrevia como sendo um mal absoluto e que deveria ser exterminado.

Como vimos no primeiro capítulo dessa pesquisa a leitura é atividade criadora de sentidos, ao ler Paulo Lutero criou significados. As apropriações produzidas por Lutero tiveram consequências incalculáveis, podemos ressaltar o discurso de James Dunn e Sanders onde eles afirmam que a interpretação que Lutero produziu de Paulo tem influencia até na atualidade, e para esses autores as interpretações de Lutero foram equivocadas e acabaram por influenciar séculos de estudos. Próximos de alcançar quinhentos anos da Reforma Protestante podemos entender a dimensão da influencia e importância que teve Lutero e a Reforma para os estudos paulinos.

Além das implicações dentro do âmbito da pesquisa sobre Paulo, podemos destacar os efeitos que o antijudaísmo de Lutero trouxe até o século XX e que teve graves consequências não só para a Alemanha. A ideologia nacionalista implantada por Adolf Hitler na Alemanha na década de 1930 foi um episódio lamentável na história. O discurso de violência e ódio contra os judeus evocado por esta ideologia trazia Lutero como um de seus precursores e defensores desse violento discurso. É importante ressaltar que não podemos responsabilizar Lutero, um líder religioso do século XVI, por desumanidades cometidas por uma ideologia presente no século XX, por outro lado, não podemos deixar de destacar o caráter discriminatório que teve o último escrito de Lutero sobre os judeus. Não nos cabe medir o nível de responsabilidade de Lutero perante as ideias nazistas, contudo essa pesquisa pode nos levar a refletir na importância que a leitura tem perante a sociedade. Um autor não pode controlar seu texto, pois os leitores se apropriam dele sem que o autor tenha controle e muitas vezes as apropriações criadas são diferentes das esperadas pelo autor. Da mesma forma Lutero incitou a violência contra os judeus e não pôde ter controle sobre os usos de seus textos.

Esperamos com esta pesquisa poder contribuir de forma significativa para o campo de estudos das práticas de leitura, assim como poder trazer a luz um tema ainda pouco explorado e abrir perspectivas para pesquisas futuras. A impossibilidade de remontar por completo a

trajetória do pensamento de um personagem tão complexo como Lutero nos limita a levantar e apresentar hipóteses como foi feito nesse trabalho. Destacamos o papel da leitura na formação do pensamento de Lutero, e mencionamos o contexto político pelo qual ele vivia, através da análise dos textos procuramos enfatizar a importância que teve a leitura de Paulo para Lutero. Contudo ainda podemos questionar o que levou Lutero a mudar de forma tão drástica sua forma de pensar os judeus, esse é um tema muito rico para que esteja esgotado apenas nesta pesquisa.

**FONTES PRIMÁRIAS**

LUTERO, M. Um sermão sobre a indulgência e a graça. *In: \_\_\_\_\_*. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 1987. v. 1.

LUTERO, M. À sereníssima, poderosíssima Majestade Imperial e à nobreza cristã da nação alemã. *In: \_\_\_\_\_*. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 1988. v. 2.

LUTERO, M. Debate a cerca da justificação. *In: \_\_\_\_\_*. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2007. v. 3.

LUTERO, M. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. *In: \_\_\_\_\_*. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Gálatas. *In: \_\_\_\_\_*. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

LUTERO, M. *That Jesus Christ was born a jew*. Disponível em: <<http://www.ccjr.us/dialogika-resources/primary-texts-from-the-history-of-the-relationship/272-luther-1523>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

LUTERO, M. *Dos judeus e suas mentiras*. Porto Alegre: Revisão, 1993.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. A. A cada leitor seu texto – Dos livros às redes. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis, n. esp., 1. Sem. 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14712771011>>. Acesso em: 18 de fev. 2015.
- ALTMANN, W. A. Lutero e Libertação. São Paulo: Sinodal/Ática, 1994, p. 283
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos avançados*. São Paulo, n 24 (69). 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0103-40142010000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40142010000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 30 de fev. de 2015.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, s.d.
- CHARTIER, R. *Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CHARTIER, R. (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- CHARTIER, R. & CAVALLO, G. (Org.) *História da leitura no mundo ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DARNTON, R. História da Leitura. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- DELUMEAU, J. *Nascimento e afirmação da reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DELUMEAU, J. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Loyola, 2000.
- DELUMEAU, J. *A História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DREHER M. N. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.
- DUNN, J. D. G. *A Nova Perspectiva sobre Paulo*. São Paulo: Academia Cristã, 2011.
- DUNN, J. D. G. *A teologia do Apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2003.
- FEBVRE, L. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- FISCHER, S. R. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.

GINZBURG, C. *História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOULEMOT, J. M. Da leitura como produção de sentido. In: CHARTIER, R. (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

GONZALEZ, J. L. *Uma história do pensamento cristão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. 3 v.

HAUGHT, J. A. *Perseguições religiosas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

HEYER, C. J. *Paulo, um homem de dois mundos*. São Paulo: Paulus, 2009.

JUNGHANS, H. *Temas da teologia de Lutero*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

KLEIN, C. J. *História e pensamento da Reforma*. Londrina: EDUEL, 2014.

KRIEGEL, M. Judeus. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (Orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.

LE GOFF, J. *A Bolsa e a Vida: A usura na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1995, v. I.

LEVACK, B. P. *Caça às Bruxas na Europa Moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LINDBERG, C. *As reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LIENHARD, M. *Martin Lutero: tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

LYONS, M. *Livro: uma história viva*. São Paulo: Senac, 2011..

ROJAS, C. A. A. *Micro-história italiana: modo de uso*. Londrina: Eduel, 2012.

SANDERS, E. P. *Paulo, a lei e o povo judeu*. São Paulo: Paulus, 2009.

VERGER, J. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 1999.

VALENÇA, R. T. *Lutero*. São Paulo: Três, 1974.